



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL**

LIDIELLY ANDRADE CABAL SILVA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O PERFIL DAS FAMÍLIAS DESLIGADAS
VOLUNTARIAMENTE NO MUNICÍPIO DE MIRANORTE – TO NO ANO DE 2019**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2021

Lidielly Andrade Cabal Silva

Programa Bolsa Família: O perfil das famílias desligadas voluntariamente no município de Miranorte – TO no ano de 2019

Monografia apresentada à UFT Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Especialista em Serviço Social e Política Social, sob Orientação da Prof.^a Me. Gislene Ferreira da Silva Araújo.

Miracema do Tocantins, TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586p Silva, Lidielly Andrade Cabal.
Programa Bolsa Família: O perfil das famílias desligadas voluntariamente no Município de Miranorte – To no ano de 2019. / Lidielly Andrade Cabal Silva. – Miracema, TO, 2021.
70 f.
Monografia de Especialização - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2021.
Orientador: Gislene Ferreira da Silva Araújo
1. Programa Bolsa Família. 2. Cadastro Único. 3. Pobreza. 4. Assistência Social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LIDIELLY ANDRADE CABAL SILVA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O PERFIL DAS FAMÍLIAS DESLIGADAS
VOLUNTARIAMENTE NO MUNICÍPIO DE MIRANORTE – TO NO ANO DE 2019

Monografia apresentada à UFT Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Especialista em Serviço Social e Política Social, sob Orientação da Prof.^a Me. Gislene Ferreira da Silva Araújo.

Data aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof.^a Mestre Gislene Ferreira da Silva Araújo - Orientadora – UFT.

Prof.^a Dr.^a. Célia Maria Grandini Albieiro – Examinadora – UFT.

Dr.^a Eliane Marques de Menezes Amicucci – Examinadora – UFT.

Dedico este trabalho a meus filhos e meu esposo, por todo carinho e compreensão para que eu chegasse até aqui. Sem vocês eu não teria conseguido. A vocês todo meu amor, carinho e dedicação!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu bom Deus por ter me sustentado até aqui com seu amor e sua bondade. Por que Ele é fiel o tempo todo.

Quero deixar minha gratidão aos meus pais por todo incentivo ao longo da vida, devo tudo a vocês. Vicente de Sousa Cabral meu genitor e exemplo de persistência e perseverança, a minha mãe Antônia Nogueira de Andrade Cabral por suas palavras de encorajamento e seu amor incondicional, te amo. Você pra mim é meu espelho como serva do senhor e como mãe.

Minha gratidão ao meu companheiro de vida Leandro Cardoso da Silva por sempre me apoiar e me encorajar a seguir em frente, pois foram inúmeras às vezes em que chorei pensando em desistir, mas você estava lá me dando seu apoio incondicional, te amo Xero.

Aos meus filhos Rafael e Samuel vocês são presentes de Deus na minha vida, amo muito vocês.

Quero também agradecer a minha irmã Lidiane Andrade Cabral Sena por ser minha amiga e minha intercessora, te amo. A todos os familiares e amigos que souberam entender minhas necessidades para chegar à realização deste sonho. Obrigada a todos!

Meus agradecimentos as companheiras de vida durante este percurso, Wesleya, Jéssica, Elaine, Janaína e Maria Aparecida, foi um prazer poder compartilhar estes momentos com vocês, momentos de muito aprendizado e troca de experiências.

Quero agradecer a minha orientadora a mestre Gislene Ferreira da Silva Araújo por todo apoio, incentivo e troca de experiência durante a construção deste trabalho sem você eu não teria chegado até aqui. O meu muito obrigada.

Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridade, os sonhos não se tornam reais.
(Augusto Cury).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar Programa Bolsa Família: o perfil das famílias desligadas voluntariamente no município de Miranorte – To no ano de 2019, a partir de dados coletados na base de dados do cadastro Único, nos formulários impressos onde essas famílias respondem aos questionários padrões para inserção nos programas sociais do Governo Federal, bem como para o desligamento do Programa Bolsa Família. Esta pesquisa tem como metodologia um estudo bibliográfico, e análise documental, em que sua base teórica fundamenta-se na teoria social de Marx. Os resultados apontam que em relação aos formulários de desligamentos é notório que eles mascaram a realidade, pois a pesquisa detectou que existe apenas um formulário para os desligamentos voluntários. E a partir do momento em que as famílias assinam este termo não se sabe dizer se esta família se desligou de forma voluntária ou orientada, sendo que dentre elas pode haver alguma família que foi orientada a se desligar.

Palavras-Chaves: Programa Bolsa Família. Cadastro Único. Pobreza. Assistência Social.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the Bolsa Família Program: the profile of voluntarily disconnected families in the municipality of Miranorte – TO in 2019, based on data collected in the Single Registry database, in the printed forms where these families respond to the standard questionnaires for insertion in the social programs of the Federal Government, as well as for the withdrawal of the Bolsa Família Program. This research has as methodology a bibliographical study, and documental analysis, in which its theoretical basis is based on Marx's social theory. The results indicate that, in relation to the termination forms, it is clear that they mask reality, as the research found that there is only one form for voluntary terminations. And from the moment the families sign this term, it is not known whether this family left voluntarily or guided, and among them there may be a family that was instructed to leave.

Keywords: Bolsa Família Program. Single Registry. Poverty. Social assistance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Total de Famílias Cadastradas no Cadastro Único.....	38
Gráfico 2:	Total de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	39
Gráfico 3:	Novas Concessões de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	41
Gráfico 4:	Perfil das famílias desligadas do programa (sexo biológico)	43
Gráfico 5:	Faixa Etária das responsáveis pelas famílias que foram desligadas em 2019.....	45
Gráfico 6:	Cor /etnia das responsáveis pelas famílias desligadas do Programa Bolsa Família.....	46
Gráfico 7:	Situação de trabalho das responsáveis das famílias.....	47
Gráfico 8:	Renda das famílias que se desligaram do Programa Bolsa Família.....	48
Gráfico 9:	Número total de pessoas residentes na casa das famílias desligadas do Bolsa Família.....	49
Gráfico 10:	Estado Civil das responsáveis das famílias que foram desligadas.....	50
Gráfico 11:	Escolaridade do responsável legal pelo CadÚnico das famílias desligadas do Programa Bolsa Família.....	51
Gráfico 12:	Moradia das famílias desligadas.....	52
Gráfico 13:	Número de Crianças por famílias desligadas.....	53
Gráfico 14:	Moradia das famílias desligadas.....	54
Gráfico 15:	Setor/Bairro que estas famílias desligadas do programa residem.....	55
Gráfico 16:	Despesas da Família as despesas total das famílias desligadas do Programa Bolsa Família.....	56
Gráfico 17:	Número de famílias desligados por mês do ano de 2019.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPF	Programa Bolsa Família.
BVG	Benefício Variável Gestante.
BVJ	Benefício Variável Vinculado ao Adolescente.
BVN	Benefício Variável Nutriz.
CADÚNICO	Cadastro Único.
CF	Constituição Federal.
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social.
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
MEC	Ministério da Cidadania.
MS	Ministério da Saúde.
NIS	Número de Identificação Social.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias.
PNAS	Política Nacional de Assistência Social.
PSB	Proteção Social Básica.
PSE	Proteção Social Especial.
RF	Responsável Familiar.
SIBEC	Sistema de Benefícios ao Cidadão.
SICON	Sistema de Condicionais.
SUAS	Sistema Único da Assistência Social.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: PROTEÇÃO SOCIAL E POBREZA.....	14
2.1	Mensuração da pobreza no Brasil.....	15
2.2	A Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988.....	19
2.3	A Política Nacional de Assistência Social, e as proteções afiançadas.....	24
3	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ENFRENTAMENTO À POBREZA NO BRASIL.....	26
4	OS DELIGAMENTOS (IN) VOLUNTÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REALIDADE DE MIRANORTE – TO.....	31
4.1	Metodologia da pesquisa.....	31
4.2	História do Município de Miranorte – TO.....	33
4.3	Assistência Social no Município de Miranorte – TO.....	35
4.4	Cadastro Único e Bolsa Família: um breve panorama da realidade de Miranorte – TO.....	37
4.5	Perfil das famílias desligadas de forma voluntária do Programa Bolsa Família (PBF) em 2019 no município de Miranorte – TO.....	43
4.6	Desligamento do Programa Bolsa Família no ano de 2019 no Município de Miranorte.....	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS.....	65
	ANEXOS.....	69

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização (TCCE) é o resultado da Especialização em Serviço Social e Política Social, que por sua vez teve como objetivo geral: Compreender os fatores que levaram as famílias beneficiárias do programa bolsa família no município de Miranorte a se desligado do programa no ano 2019, objetivando especificamente: 1) conhecer o perfil das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza desligados do programa Bolsa Família no Município de Miranorte no ano de 2019; 2) analisar como Programa Bolsa Família contribuiu para superação da pobreza e extrema pobreza das famílias desligadas no ano 2019, e 3) investigar como a articulação dos serviços sócio assistenciais contribuíram para processo de desligamento das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no ano de 2019.

Nesta perspectiva, proporciona uma discussão acerca da Política de Assistência Social e o Programa Bolsa Família no município de Miranorte do estado do Tocantins, com enfoque nas formas de desligamento das famílias do referido programa, sejam de forma voluntária, ou seja, de forma orientada. A escolha deste assunto para pesquisa foi para procurar entender como se dão as formas de desligamentos das famílias, se elas de alguma maneira chegaram a serem instruídas a fazerem este desligamento ou se houve famílias que realmente decidiram buscar o desligamento do programa.

Para tal, se faz necessário ressaltar a Assistência Social inerente ao modo de produção capitalista que tem suas raízes nos primeiros cercamentos de terra, com a retirada dos camponeses de forma truculenta de suas propriedades para dar lugar às pastagens e, foram nas fazendas e nas indústrias que a maioria deles conseguiram trabalho para manutenção de suas necessidades. Polanyi (2000, p. 53), destaca que “[...] através das fazendas de carneiros muitos agricultores e posseiros sem-terra conseguiram empregos tanto nas fazendas como nas indústrias de lã”.

No que se refere à pobreza dentro do modo de produção capitalista é notório colocar que quanto mais se aumenta a riqueza por parte de algumas poucas parcelas da sociedade maior é o índice de pobreza, em um distanciamento discrepante entre os mais abastados e os que não têm quase nada para se manter. “Quanto maior a riqueza

socialmente produzida, maior a acumulação dela por alguns poucos.” Siqueira (2011, p. 212).

No Brasil a pobreza possui traços culturais e específicos tendo como marco a colonização europeia, que usou como forma de domínio a escravidão dos africanos e indígenas por um longo período.

E a resposta no enfrentamento a essa pobreza por meio de políticas sociais, tem como marco a Constituição de 1988 que veio trazendo avanços no campo do direito, inclusive ao inserir a Política de Assistência Social como um dos pilares da Seguridade Social, ao lado da Previdência Social e Saúde, que asseguram aos usuários a garantia dos direitos universais.

Mas é logo no início do novo milênio, por volta dos anos 2000, que o Estado se propõe a erradicar a pobreza por meio do Programa Bolsa Família (PBF), centrado na articulação das políticas de saúde, assistência social e educação, pensado como forma de juntar todos os programas de transferências de renda que já existiam até 2003, tendo como base o Cadastro Único (CadÚnico), que analisa o perfil das famílias e as seleciona para o PBF e acesso a outros serviços. O Cadastro Único é a base para todos os programas do Governo Federal.

Então, diante do exposto, se faz necessário, estudos que venham compor o debate sobre o tema para melhor compreensão das formas de desligamentos das famílias e essa pesquisa se propõe contribuir, junto aos demais pesquisadores, trabalhadores e usuários desses serviços sobre as formas de desligamento das famílias do PBF.

Dessa forma, o trabalho é dividido em três capítulos trazendo uma fundamentação teórica acerca do assunto para melhor compreensão. No primeiro capítulo discute-se a Assistência Social no Brasil dentro das origens do modo de produção capitalista, as várias conceituações sobre pobreza, trazem também a forma como se é medida a pobreza no Brasil, faz um debate sobre a Política de Assistência Social na Constituição de 1988, a proteção social pautada no Welfare State assim como a origem da Assistência Social e Assistência Social dentro da Seguridade Social e como forma de proteção social.

No segundo capítulo trazemos um debate sobre o Programa Bolsa Família a

partir da década de 1990, como é a forma de cadastramento, critérios de aprovação, quais os benefícios dentro do programa, e as penalidades existentes, assim como seu papel na vida das famílias. E no último capítulo trazemos a história de Miranorte, a implementação do CRAS e do CREAS no município.

Em seguida fechamos o trabalho com as análises dos dados encontrados na base do cadastro único em relação às famílias que se desligaram, fazendo um breve panorama do CadÚnico e Bolsa Família, apresentamos os dados encontrados em relação as famílias e seu perfil socioeconômico, utilizando o método quantitativo par obtenção dos dados necessários para esta pesquisa.

2 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: PROTEÇÃO SOCIAL E POBREZA

Para abordarmos sobre a Política de Assistência Social no Brasil, primeiro é importante retomar as origens da formação da pobreza dentro do modo de produção capitalista, o que remonta aos primeiros cercamentos de terras na Europa, ocorreu quando os camponeses tiveram as terras adquiridas pelos senhores e pelos nobres, com isto, destruíram suas crenças, costumes e suas casas transformando em pastagens para ovelhas.

Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes com violências, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. [...] Mas a conversão de terras aráveis em pastagens de carneiros não foi inteiramente prejudicial à circunvizinhança, a despeito da destruição de habitações e da restrição de empregos que ela acarretou. A indústria caseira já se difundia na segunda metade do século XV, e um século mais tarde ela já era aspecto marcante no campo. A lã produzida na fazenda de carneiros dava empregos a pequenos posseiros e agricultores sem-terra, e os novos centros de indústria de lã garantiam a renda a uma quantidade de artesãos. (POLANYI, 2000, p. 52-53).

A partir da afirmação do autor supracitado, percebe-se que com a perda de suas terras os camponeses passaram a necessitar de um trabalho para continuar sustentando a si e a sua família, foi nas indústrias têxteis ou nas fazendas de lã que eles conseguiam uma oportunidade de trabalho.

Já Andrade (2018) enfatiza que:

O cercamento expropriou as terras dos camponeses com intuito de promover o acúmulo do capital. Outro ponto importante para o crescimento da propriedade burguesa pela luta pela soberania absoluta foi a expulsão violenta do camponês de sua terra comunal, como por exemplo, o florescimento da manufatura de lã, crescendo a violência dos usurpadores, pois a alta dos preços da lã, fez com que as terras rurais transformassem em pastagens para as ovelhas (ANDRADE 2018, p. 414-415).

Ao retirar as terras dos camponeses e transformarem em pastagens para ovelhas, trouxe um acúmulo muito maior do capital com a venda das lãs e os trabalhadores que antes eram donos passaram a vender sua mão de obra como meio de sobreviver.

Já no próximo capítulo vamos falar sobre as mensurações da pobreza e pobreza no Brasil, quando a pobreza passou a ser alvo de pesquisa, e a pobreza na avaliação do Cadastro Único¹.

2.1 Mensuração da pobreza no Brasil

No que tange a pobreza dentro desse Modo de Produção Capitalista, é importante frisar que ela é representada ou vista quando um indivíduo não tem condições de sustentar-se, portanto a pessoa necessita vender sua força de trabalho, para que o mesmo possa ter meios de sobrevivência.

A pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. (YAZBEK, 2012, p. 290).

Então, vale ressaltar que a pobreza passou a ser alvo de estudos num primeiro momento para avaliação das necessidades nutricionais dos pobres e a partir de então deu-se o ponta pé inicial para os demais estudos sobre pobreza, conforme enfatiza Lacerda (2013, p. 59): “A pobreza passou a ser alvo de pesquisa no final do século XIX, sendo formulados os primeiros estudos aplicados sobre o tema. Estes estudos conceituaram a pobreza como ausência de condições mínimas de subsistências.”

Com os estudos realizados sobre esse tema, a pobreza passou a ser pensada como parte da vida e da sociedade, ou seja, faz parte do cotidiano da maioria das famílias.

Neste aspecto apresenta-se as conceituações de pobreza mais utilizadas na literatura e nos critérios de inserção nos serviços das políticas sociais. Pobreza

¹ Cadastro Único, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda (renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda total de até três salários mínimos). Este instrumento permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. (COUTINHO, 2016, p. 67).

absoluta, pobreza relativa, pobreza extrema.

Siqueira (2012) enfatiza que:

Pauperização absoluta ou pobreza absoluta é o resultado, cada vez mais expandido e atingindo cada vez maior volume da população trabalhadora, onde o trabalhador é constantemente expulso dos meios de produção, não atendendo assim qualquer possibilidade de sustentação mediante a venda da sua força de trabalho. O trabalhador sem emprego e um trabalhador sem salário, e, portanto, sem fonte de renda (SIQUEIRA, 2012 p. 272).

Já a pobreza Relativa Siqueira, diz que:

A Pauperização ou pobreza relativa, como o processo de progressivo aumento da distância entre o valor produzido pelo trabalhador e a parcela dessa riqueza produzida da qual este se apropria. Ou seja, a riqueza produzida pelo trabalhador se divide numa parte cada vez maior de mais-valia (apropriada pelo capital), e outra parte, proporcionalmente cada vez menor, que corresponde ao seu salário (parte da riqueza que fica produzida pelo trabalho). (SIQUEIRA, 2012, p. 373).

A Pobreza Extrema Feitosa [s.d.], (p.6) afirma que:

A linha de extrema pobreza foi estabelecida em R\$ 70,00 per capita considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Deste modo, qualquer pessoa residente em domicílios com rendimento menor ou igual a esse valor é considerado extremamente pobre (SIQUEIRA, 2012, p. 373).

Nestas três concepções de pobreza se observa os níveis para detecção, ou avaliação da mesma para que possam ser promovidas políticas públicas de enfrentamento à pobreza.

Para Meirelles (2015, p.68), esta afirma que: [...] “A pobreza e a desigualdade são fenômenos derivados dos níveis de concentração de renda e de propriedade, não há como desmembrá-las e, portanto, coexistem como fenômenos imanentes à exploração capitalista”. Entende-se assim que um tem que estar atrelado ao outro para existir.

Já Siqueira (2018, p. 17), afirma que “A pobreza não é um resquício de sociedades pré-capitalista, ou um produto de um insuficiente desenvolvimento é um produto imprescindível do modo de produção capitalista”.

Siqueira (2012, p. 354) ainda complementa, que “a pobreza também é vista como um problema de escassez ou insuficiência de renda [...]. Entende-se a pobreza como problema de escassez, seja produto de um estágio ainda não suficientemente desenvolvido de um país” [...]. Onde se concentra grande parte da população que não consegue suprir suas necessidades básicas por meio da sua mão de obra, dependendo assim de ajuda para esse custeio não somente com a alimentação, mas também com os outros serviços essenciais para manutenção e sustento da família.

Portanto, a mensuração da pobreza e a forma como se é medida a mesma, ou seja, como se denomina se uma pessoa ou família se encontra em situação de pobreza ou não, Espinola; Zimmermann, (2012 p. 7) explica que: [...]. “A quantificação do número de pobres é feita através de medidas monetárias, como a linha de pobreza e de indigência, onde se estabelece um certo nível de renda abaixo do qual as pessoas são consideradas como pobres ou indigente”. [...].

Dessa forma, vale ressaltar que o debate sobre a pobreza no Brasil assim como em outros países se dá devido à grande concentração de renda por parte de uma pequena parcela da população e a falta dela pela grande maioria conforme afirma

Ou seja, quando maior desenvolvimento, maior acumulação privada de capital. O desenvolvimento no capitalismo não promove maior distribuição de riqueza, mas maior concentração de capital, portanto, maior empobrecimento (absoluto e relativo), isto é, maior desigualdade. (MONTAÑO, 2012, p. 279).

A pobreza no Brasil é baseada na lógica cepaliana² que é calculada de acordo a renda per capita de cada família conforme cita Meirelles (2015, p. 76). “A concepção de pobreza converge com a definição básica de pobreza adotada por diversos países capitalistas no contexto de mundialização do capital”. Ou seja, para definir quem é a população pobre, costuma-se comparar o rendimento médio das famílias com o custo da satisfação de suas necessidades básicas.

As pessoas em situação de pobreza são as que não conseguem obter uma renda necessária para custeamento de suas necessidades e da sua família de forma temporária ou permanente, Yazbek, (2012, p. 291), “ficando assim, esta família à mercê

² Lógica cepaliana – é usada pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) subdivide a categoria pobreza em dois grupos, *indigentes e pobres não indigentes*. (MEIRELLIS, 2015, p. 75).

de ajuda da sociedade ou dos programas sociais para contribuir na manutenção das despesas básicas”.

A configuração de pobreza tem vários elementos que podem ser analisados diante disto Yazbek (2012, p. 292), diz que:

Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza (YAZBEK, 2012, p. 292).

A pobreza também pode ser avaliada devido à dificuldade de acesso aos bens e serviços ofertados pela sociedade, ficando assim, a classe trabalhadora na busca constante por melhorias das ofertas de trabalho.

A classe trabalhadora tem em suas mãos a melhor arma contra a exploração de sua mão de obra que é o direito de greve e assim por meio da greve que ela consegue aumentar o valor de sua força de trabalho.

A grande arma da classe trabalhadora na luta por seus direitos é a greve: ao se recusar a vender sua força de trabalho pelas condições impostas pelos donos dos meios de produção ela se coloca como classe e, durante um significativo período do século XX conseguiu ampliar o preço da única mercadoria que possui: a força de trabalho. [...] (MACHADO, 2009, p. 3).

A classe trabalhadora está em constante busca de meios para superar as vulnerabilidades existentes e assim melhorar sua qualidade de vida e da sua família.

Atualmente, a ferramenta principal para medir a pobreza é a renda das famílias, pois no Brasil é a avaliação da renda per capita das famílias cadastradas no Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO). Podem se inscrever no cadastro único famílias de baixa renda que ganhem até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos como renda total da família que sejam maiores de 16 anos e preferencialmente ter a mulher como Responsável Familiar (RF).

Com os instrumentos de análise para medir ou identificar a pobreza das famílias através do Cadastro Único, é importante destacar que a partir daí aumentou o debate sobre a proteção social e o papel da Política de Assistência Social na garantia dos direitos das famílias ou indivíduos em situação de pobreza ou extrema pobreza como veremos a seguir.

2.2 A Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988

Para abordarmos sobre a política de assistência social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, vale destacar que foi a partir de meados do século XX, que surge um modelo de proteção social pautado no Estado de Bem-Estar social aos cidadãos, também chamado de Welfare State³ que segundo Alves (2009, p. 44): [...] logo, como uma necessidade histórica para enfrentar as consequências do pós-guerra, cria - se o Welfare State inicialmente na Inglaterra em 1942, cujo período glorioso estendeu-se de 1945 a 1975 [...]. O Welfare State foi criado para garantir certa harmonia entre as classes, tendo como primazia a garantia do bem-estar para os cidadãos vulneráveis, como uma forma de continuar a dominação de classes. (GOMES 2006).

A concessão de direitos econômicos, sociais e políticos seria uma forma de os representantes do capital buscarem apoio das forças opostas, evitando, com isso, que insurgissem processos de grandes rupturas. Assim, as mudanças ou reformas eram interpretadas como movimentos que partiam dos interesses dos capitalistas com o objetivo de integrar os trabalhadores às relações de produção. (GOMES, 2006, p. 211).

Com as reivindicações e lutas travadas pela classe trabalhadora, fazendo com que a burguesia, aceitasse a diminuição dos seus lucros, Gomes (2006. p. 211), enfatiza que: “As reformas emergiram das fábricas pelos trabalhadores” E, assim, tornou-se real alguns direitos dos trabalhadores e o Estado passou a se encarregar da promoção social e econômica a fim de que a classe trabalhadora não se voltasse contra o mesmo, tendo em vista a necessidade de conter as insatisfações sociais dessa classe para não desestabiliza- lo.

A classe capitalista, portanto, tinha suas razões em apoiar a ampliação dos benefícios sociais porque, de um lado, rebaixava os custos com o emprego de trabalhadores assalariados e, por outro, a classe trabalhadora cooperava com a produção capitalista e tinha acesso aos benefícios do consumo e dos serviços sociais oferecidos pelo Estado. (GOMES, 2006, p. 212).

³ Welfare State pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social [...]. (GOMES, 2006, p. 203).

Dessa forma, a origem da Assistência Social no Brasil é marcada pela filantropia, cujo objetivo era atender às necessidades emergenciais das famílias ou indivíduos que faziam parte da parcela da população empobrecida que residia nas grandes cidades. Segundo Alves (2009):

A história brasileira nunca negou o seu corte assistencial que vem marcando as políticas sociais direcionadas para o enfrentamento das diversas expressões da questão social, a partir de uma dimensão compensatória de lidar com as carências e os problemas da população (ALVES, 2009, p. 45).

A partir desse corte assistencialista, as famílias atendidas compreendiam os benefícios ofertados pelo Estado como benesse, desenvolvido por igrejas ou casas de caridades. Isso marca a origem da assistência social que a partir da Constituição Federal de 1988, deixou a perspectiva do favor, passando a ser um direito garantido por lei às famílias e indivíduos que necessitam de algum benefício assistencial.

Para Sposati (2014, p. 109), acabar com o assistencialismo é sair do conformismo entre possuído-despossuído, no qual a classe menos favorecida depende dos serviços ofertados pelo Estado, que através da Assistência Social, as famílias podem ter acesso a benefícios que irão contribuir para diminuir suas necessidades emergenciais.

No entanto, no mesmo período em que avançamos com a garantia da política de assistência social como direito constitucional, o neoliberalismo se aprofunda no Brasil, como tática de dominação da classe burguesa.

O neoliberalismo no Brasil se consolidou como estratégia de dominação da classe burguesa e de seus aliados para responder à crise vivida na década de 1980, [...]. Deste processo resultou uma nova Constituição Federal, registrando conquistas para o desenho das políticas sociais, dentre elas a redação do capítulo da Seguridade Social, uma inovação que estava muito distante do que se tinha estruturado até então. (BRETTAS, 2017, p. 61).

A partir da década de 1980, os movimentos sociais ganharam força como, por exemplo, os idosos, os negros e dentre outros que através de muitas mobilizações e reivindicações, conseguiram ter seus direitos assegurados pela democracia, sendo estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

[...] a luta de classes foi determinante na conquista, pela classe trabalhadora, tanto dos direitos trabalhistas como salário, redução de jornada de trabalho, férias, como dos direitos derivados do trabalho, em forma de seguros sociais, como aposentadorias, pensões, auxílios. (BOSCHETTI, 2016, p. 97).

Segundo Couto (2010, p. 141), “[...] após a década de 1980, a sociedade e o Estado tiveram uma nova relação, o qual ocorreu à transição dos governos militares para o governo democrático. ”

E com a aprovação da Constituição Federal em 1988, em seu art. 6º estabeleceu os direitos sociais trazendo muitos avanços e passando o cidadão a ter seus direitos assegurados na constituição, como a Seguridade Social em seu art. 194:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e a assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I- universalidade da cobertura e do atendimento; II- uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III- Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV- irredutibilidade do valor dos benefícios; V- equidade na forma de participação no custeio; VI- diversidade da base de financiamento; VII- caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998). (BRASIL, 1988, p. 60).

Dessa forma a promulgação da Constituição Federal de 1988, assegurou as três políticas de Seguridade Social, sendo elas a Assistência Social⁴, a Saúde⁵ e a Previdência Social⁶.

A Assistência Social para Mota (2010 p.15) “[...] se configurava como política de direito não contributivo, a política de saúde e a previdência tornava seu acesso cada vez mais difícil. [...]”, pois usando de seus critérios e suas normas para obtenção dos

⁴ A Política de Assistência Social foi regulamentada pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro 1993, que é a Lei Orgânica da Assistência Social, define a assistência como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. (AIZZA, 2014, p.83).

⁵ A Política de Saúde foi regulamentada pela Lei nº 8080, de 19 de Setembro de 1990, que frisa no seu Art. 2º os direitos que todos nós temos a saúde e o que é dever do Estado. (AIZZA, 2014, p. 82).

⁶ A regulamentação da Política de Previdência Social foi efetivada pela Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, que tem como princípios básicos, assegurar aos beneficiários a manutenção, em casos de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares, prisão ou morte em relação àqueles que dependiam financeiramente. (AIZZA, 2014, p. 82).

benefícios tornavam cada vez mais difíceis o acesso, o que leva a população a procurar outros meios para obtenção de benefícios ou serviços particulares. Como por exemplo, uma previdência privada ou saúde por meios particulares.

Segundo Mota (2010, p. 138). “O período que definiu a Seguridade Social na Constituição de 1988 deve ser reconhecido por sua luta e conquista de todos os setores da sociedade brasileira, mesmo tendo outra visão da realidade dos países mais desenvolvidos”.

Dessa forma, muitos avanços foram conquistados nesse período como: direitos políticos, civis, sociais, dentre outros. Segundo Couto (2010, p. 144), “[...] a partir das garantias que sucederam a Constituição Federal de 1988 foram consubstanciadas com novas legislações de governos subsequentes”.

Segundo a Constituição Federal de 1988:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: I- do empregador, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; II- dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; III- do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei [...] (BRASIL, 1988, p. 60).

A Assistência Social é voltada para aqueles que dela necessitam independentemente de contribuição à Seguridade Social.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, p. 63).

A Assistência Social garante o atendimento às necessidades vivenciadas pelas famílias e indivíduos.

[...] o redirecionamento através do texto constitucional dando a usuários a garantia de direitos antes negados a grande parte da sociedade, mas que através da promulgação da Constituição de 1988 e paralela a Lei nº 8.742/93

que por fim regulamenta a assistência social por viés não contributivo”. (COUTO, 2010, p. 171).

Então, para materializar os direitos legitimados na Constituição Federal de 1988, temos a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), considerada um marco crucial para o rompimento do assistencialismo, ao estabelecer que é “Responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (Artigo 5º, inciso III da LOAS).”

Nessa perspectiva, Santana; Silva; Silva (2013), considera,

Avanço que expressa à superação do conceito de assistencialismo, da Filantropia e da benemerência social, e passa a constituir-se como a profissionalização da atividade pública, a qual não somente está atrelada ao atendimento às necessidades básicas da população, como e, sobretudo junto à população em situação de risco e vulnerabilidade social (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013, p. 4),

Contudo vemos que é papel do Estado e de suas instituições garantir políticas públicas que fortaleçam os direitos sociais dos cidadãos.

Assim, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 trata da organização da assistência social, estabelecendo normas e competências para cada segmento da população e o detalhamento do uso dos recursos para a execução da Política de Assistência Social.

Nesse sentido, as ações estabelecidas foram:

Art. 204: As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I- descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; [...]. (BRASIL, 1988, p. 63).

Com o objetivo de acompanhar a execução dos serviços, dos recursos e de outras competências dentro da Política de Assistência Social foi criado o CNAS que é o Conselho Nacional de Assistência Social que tem o intuito de administrar o controle social da política de Assistência Social, tendo em vista que o mesmo fica com o papel de auxiliar na fiscalização e a aprovação da proposta orçamentária e dos recursos

ligados aos respectivos fundos de Assistência Social (BRASIL, 1988). No item a seguir discorreremos sobre a Política de Assistência Social como proteção social.

2.3 A Política Nacional de Assistência Social, e as proteções afiançadas

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi criada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, Secretaria Nacional de Assistência Social e também pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o intuito de fortalecer o Sistema Único da Assistência.

A política Nacional de Assistência Social na perspectiva do sistema único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social. (BRASIL, 2004, p. 14).

A Assistência Social como Política de Proteção Social, tem o papel de garantir o bem-estar de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, através do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). “Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos” (BRASIL, 2015).

A Proteção Social é oferecida a partir de dois eixos: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade.

A PSB tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento sócio (discriminação etária, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2005, p. 33).

Já a PSE tem caráter protetivo, o que requer monitoramento e acompanhamento familiar, sendo destinada às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social

que tiveram seus direitos violados ou ameaçados. Para ter acesso às ações da proteção especial, “é preciso que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos”. (BRASIL, PNAS, 2005, p. 37).

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão da pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social. (BRASIL, 2004, p. 33).

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) também constitui direito de cidadania e inclusão social, visando diminuir as disparidades sociais vivenciadas pelas famílias.

Assim, foi nesse movimento contraditório que a política de assistência social foi se materializando, tanto juridicamente quanto como um sistema único, reclamável pela população. Essa trajetória incorporou um processo que evidencia os ganhos possíveis no campo da política social na sociedade capitalista, bem como aponta as determinações históricas que asseguram a contenção da população à ótica das determinações do processo de acumulação capitalista. (COUTO, 2015, p. 666).

A assistência tem o papel de buscar meios para que o indivíduo conquiste a sua autonomia e assim possa ter acesso a uma qualidade de vida melhor através de seus ganhos próprios e de suas ideias.

No próximo capítulo iremos abordar sobre o Programa Bolsa Família e os demais Programas da Política de Assistência Social, antes de sua junção, os critérios e os benefícios existentes no programa.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ENFRENTAMENTO À POBREZA NO BRASIL

Para expressar-se sobre o Programa Bolsa Família vamos retomar a década de 1990 com a proposta do Programa Bolsa Escola⁷, que mais tarde se consolidaria no Programa Bolsa Família, conforme cita Rocha (2013).

A Criação do Bolsa Escola e dos diversos novos programas, que se consolidaram mais tarde sob o Bolsa Família, melhoraram o grau de equilíbrio no tratamento dos diversos subconjuntos de pobres – por um lado, idosos e portadores de deficiência; por outro, os demais pobres – dando mais coerência ao sistema brasileiro de transferência de renda focalizadas, que, no entanto, permanece claramente dicotômico (ROCHA, 2013, p.18).

O Programa Bolsa Família surgiu da junção de várias propostas que foram elaboradas para criação de programas de transferência de renda pelo Governo Federal até implementação do Programa Bolsa Família no governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003.

Os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Cadastro Único foram criados ainda na administração do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso do PSDB que permaneceu como chefe de Estado no período compreendido entre 1995 até 2002. Em 2003 assume a presidência da república Luís Inácio Lula da Silva do PT que promoveu a consolidação desses programas e expandiu criando o Programa Bolsa Família. (AIZZA, 2014, p. 94).

Para chegarmos à criação do Programa Bolsa Família retoma-se a década de 2000 com a proposta do Programa Bolsa Escola e outros programas criados pelo Governo Federal.

O Programa é oriundo da unificação da gestão e da transferência de renda de outros programas já desenvolvidos pelo governo federal, no caso, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, o Programa Auxílio-Gás e o Cadastramento Único do Governo Federal. (AIZZA, 2014, p. 93).

⁷ O Bolsa Escola foi criado pela Lei no 10.219, de 11 de abril de 2001, sendo o Ministério da Educação responsável pela operacionalização juntamente com a Caixa Econômica Federal. O público-alvo eram crianças com idade de seis a quinze anos que deveriam apresentar uma frequência escolar mínima de oitenta e cinco por cento. O pagamento do benefício era realizado diretamente a família beneficiária no valor de R\$15,00 por criança até o limite de três por família. (AIZZA, 2014, p.93).

Diante de todos esses programas já existentes, o governo criou através do cadastro único a junção dos programas anteriores citados no Programa Bolsa Família.

Programa Bolsa Família com a medida provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, que tem como foco o combate à pobreza e a desigualdade social existentes nas famílias brasileiras que através do cadastro único devem cumprir as condicionalidades proposta como saúde, educação e assistência social para obtenção do benefício do programa bolsa família. (AIZZA, 2014, p. 93).

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 com alinhamento de outras propostas até sua efetivação, que veio para trazer a população brasileira um benefício através de transferência de renda direta ao usuário que se encontra em situação de vulnerabilidade. Coutinho (2016, p. 71) enfatiza que: “O foco do Programa Bolsa Família são os grupos mais vulneráveis da população, que encontram grande dificuldade de acesso aos serviços e benefícios sociais de que necessitem [...]”, possibilitando a estas famílias terem acesso a renda e diante disto, melhor qualidade de vida e alimentação.

Para ter esse benefício às famílias cumprem alguns critérios estabelecidos que são avaliados pelo Governo Federal como: ter a renda dentro do perfil do cadastro, e estar em situação de vulnerabilidade social. Essas e outras informações são avaliadas através das informações registradas no Cadastro Único, a partir de então a família pode ser aprovada ou não para receber o benefício do Programa Bolsa Família.

Nesta perspectiva faz-se necessário destacar a importância da rede sócio assistencial para o bom funcionamento das condicionalidades impostas pelo programa. A rede é composta por Assistência Social, Saúde e Educação que tem o papel de assegurar ao usuário o acesso ao seu direito.

Para que tenha sucesso em seus propósitos, a ‘rede’ deve estar bem ‘amarrada’, com todos os pontos bem definidos, para que falhas sejam evitadas durante a promoção dos serviços e para que permita a continuidade dos mesmos. (ANDRADE, et al, 2015, p. 3).

Ao ter o benefício aprovado a família passa a ser acompanhada pela rede que garante acesso a direitos como: peso, vacina e frequência escolar e ainda a família é constantemente orientada a cumprir cada critério das condicionalidades impostas pelo programa, pois isto assegura sua permanência na lista de beneficiários.

Após essa aprovação são exigidos alguns critérios para as famílias, as que têm crianças e adolescentes se estão com a frequência escolar em dias; se na saúde estão com a caderneta de vacinação em dia e o peso; ou se as gestantes estão fazendo o acompanhamento do pré-natal.

Para receber o auxílio do Bolsa Família é importante realizar o cadastro e atender todos os requisitos impostos pelo programa. O cumprimento das condicionalidades relacionadas a saúde e educação é essencial para a permanência do beneficiário no programa, isto porque as condicionalidades visam melhorar o desenvolvimento das famílias e superação do ciclo da pobreza. (SANTOS, et al, 2017, p. 2).

A inserção de novas famílias e a lista de beneficiários do Programa Bolsa Família depende de vários critérios e etapas, desde a inscrição ao desligamento ou cancelamento através de “[...] critérios estabelecidos pelo Governo Federal para o recebimento do benefício.” (FRONZA, 2010, p. 39).

As famílias devem se cadastrar no sistema do CadÚnico que é a base da maioria dos programas do Governo Federal, pois podem se cadastrar famílias com renda de meio salário mínimo por pessoa; ou com renda de até três salários mínimos e famílias com renda superior a três salários mínimos desde que estejam vinculados a programas sociais nas três esferas do governo. Também podem se cadastrar pessoas em situação de rua sozinhas ou que tenham família (FRONZA, 2010).

O público alvo do programa são famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO, com renda per capita mensal de até R\$ 140,00 – considerados pobres – e com renda per capita mensal de até R\$ 70,00 – considerados extremamente pobres. (RODRIGUES; RIBEIRO, 2009 p.3).

Os benefícios pagos às famílias variam de acordo com dados informados no CadÚnico, como quantidade de pessoas, número de filhos, pessoa gestante dentre outros, pois a renda informada pela família na hora do cadastramento e automaticamente calculada é dividida pela quantidade de pessoas residentes no domicílio, formando assim a per capita familiar.

A temática dos Programas de Transferência de Renda é considerada, no contexto de Sistema de Proteção Social. Os sistemas de proteção social são formas, às vezes mais, às vezes menos, institucionalizadas que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar vicissitudes de ordem

biológica ou social que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus membros. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2014, p. 19).

Os benefícios são: Benefício básico⁸; benefícios variáveis⁹; benefício variável a gestante (BVG)¹⁰; benefício variável a nutriz (BVN)¹¹; benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ)¹².

Os benefícios têm o intuito de contribuir para a melhoria da renda das famílias brasileiras, tendo em vista que as mesmas gerenciam o benefício do Programa Bolsa Família, promovendo assim uma melhor alimentação, uma saúde e uma educação de qualidade, promovendo assim mais dignidade a essas famílias.

A permanência das famílias depende muito da situação informada a cada recadastramento pelo responsável familiar, a partir daí o sistema do Cadastro Único avalia o perfil apresentado, o qual é usado como forma de revisão cadastral ou fiscalização.

A gestão municipal tem papel de extrema importância na fiscalização do programa, já que está mais próxima dos beneficiários e tem acesso mais qualificado às informações sobre a real situação da família. Essas informações são fundamentais em todo o procedimento de fiscalização, pois são utilizadas pelo órgão para instruir os processos administrativos que poderão levar à aplicação de penalidades. (BRASIL, 2021).

⁸ Pago apenas às famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00). (BRASIL, CAIXA. 2021). Disponível em: < <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>.

⁹ Pago às famílias com renda mensal de até R\$178,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos. (BRASIL, CAIXA. 2021). Disponível em: < <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>.

¹⁰ Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. São repassadas nove parcelas mensais. O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde. (BRASIL, CAIXA. 2021). Disponível em: < <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>

¹¹ Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. São seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida. (BRASIL, CAIXA. 2021). Disponível em: < <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>.

¹² Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes. Pago até dois benefícios por família. (BRASIL, CAIXA. 2021). Disponível em: < <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>.

Essas penalidades que são impostas às famílias pelo não cumprimento dos critérios exigidos pelo Programa, que são desde o bloqueio ao cancelamento do benefício como já frisamos anteriormente. O Programa Bolsa Família visa garantir a superação das vulnerabilidades por meio de transferência de renda direta às famílias brasileiras.

No próximo capítulo falar-se-á sobre Miranorte, como foi sua emancipação e como foram criados o CRAS e o CREAS deste município, bem como a metodologia e os procedimentos metodológicos.

4 OS DELIGAMENTOS (IN) VOLUNTÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REALIDADE DE MIRANORTE - TO

Para abordarmos sobre os desligamentos (in) voluntários do PBF na realidade do município de Miranorte – TO, primeiro apresentar-se-á a história de Miranorte, como foi o processo de implementação, quem foram seus primeiros moradores, o que levou uma simples fazenda se tornar povoado e a partir de então chegar a sua emancipação. Serão retratadas as atividades predominantes da região, e a importância da BR 153 para o desenvolvimento e a sua instalação como cidade. Falar-se-á ainda sobre a Assistência Social, o CRAS e o CREAS de Miranorte.

Em seguida, e finalizando o estudo serão apresentadas as análises dos dados coletados nos sistemas do Governo Federal bem como, dos formulários de inscrição e desligamento do PBF, da Secretaria de Assistência Social do município através dos serviços do CRAS.

4.1 Metodologia da pesquisa

Neste subtópico abordaremos sobre o município de Miranorte – TO, a partir da História; a Assistência Social no Município; Cadastro Único e Bolsa Família realizando um breve panorama da realidade; Cadastro Único e Bolsa Família a partir de um breve panorama da realidade; o perfil das famílias desligadas de forma voluntária do Programa Bolsa Família (PBF) em 2019; e o Desligamento do Programa Bolsa Família no ano de 2019.

Ao que concerne a pesquisa, usamos aqui os conceitos de Minayo (2001) que afirma.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. (MINAYO, 2001, p. 17).

Concorda-se com a autora que é através da pesquisa que se apresenta a realidade do mundo e das coisas, por isso utilizar-se-á da pesquisa documental que de acordo com Severino, (2007, p. 122), “[...]; para a pesquisa ser documental devemos

utilizar os mais diversos métodos para obtenção dos dados necessários [...]” para compressão da realidade das famílias que se desligaram do programa Bolsa Família no ano 2019.

Os documentos apresentados foram as declarações de desligamentos, onde cada família tinha assinado a desistência, analisou-se também os dados informados no CadÚnico.

Foi elaborado um questionário semiaberto, que de acordo com Severino, (2007, p. 125-126). “As perguntas devem ser abertas e práticas ou as mesmas podem ser elaboradas com opções de escolhas”. Onde encontramos informações relevantes para a análise e a coleta dos dados necessários para esta pesquisa, um para quem se desligou voluntariamente e outro para quem foi orientado a se desligar por divergências de informações.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se de uma abordagem qualitativa que se atenta mais para as informações igualitárias e relevantes para cada família. Conforme afirma Minayo, (2001, p. 21, 22), “À abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e Estatísticas”.

Foram utilizados os dados primários e secundários existentes na base de dados do Cadastro Único e nos formulários impressos onde essas famílias responderam aos questionários que são padrões elaborados pelo Governo Federal, pois os mesmos coletaram todas as informações pertinentes a família, renda, estilo de vida e etc. De acordo com Minayo (2001, p. 17), “É através da pesquisa que as indagações são esclarecidas e através disto se constrói a realidade do mundo frente às atividades do ensino como pesquisa sempre baseado na ciência [...]”.

A partir dos dados obtidos foi avaliado dois parâmetros: Primeiro, o desligamento voluntário, aonde o responsável familiar vem até a coordenação do Cadastro Único e solicita o seu desligamento; segundo, o desligamento por denúncia, tendo em vista que a equipe do Cadastro Único recebe a denúncia e chama o Responsável Familiar (RF) para esclarecer os dados, sendo que o mesmo é orientado a se desligar se estiver fora do perfil do programa.

Analisou-se os perfis destas famílias e se as mesmas superaram as vulnerabilidades sociais através desta renda.

Entende-se ser necessário conhecer a fundo as realidades vivenciadas pelos usuários da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família, observando sempre os fatos trazidos à tona através dos questionários e então tentar detectar quais foram às transformações vivenciadas pelas famílias através deste benefício até seu desligamento do programa.

Conforme informações colhidas nos documentos do Cadastro Único, no ano de 2019 foram desligadas um total de seis famílias. Por isso, avaliamos os cadastros e relatórios das seis famílias desligadas nesse período. Portanto, não houve critério de escolha, uma vez que foi analisado o total de famílias que se deligaram no corrente ano.

4.2 História do Município de Miranorte - TO

Para falarmos de Miranorte iremos contar um pouco sobre da sua história, sua localização, e outras características da cidade como o seu desenvolvimento e as atividades predominantes na região.

Os primórdios da história do atual município de Miranorte prendem-se, indiscutivelmente, a toda região de Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, principalmente no que concerne ao seu desbravamento. Efetivamente, não se pode negar, a região recebeu um crescente desenvolvimento após ligar-se ao sul e ao norte pela rodovia BR-14 (atual BR-153). Antes, porém, o desbravamento da região se processava com vistas à agricultura e à pecuária. (IBGE, 2021).

Após o senhor Job Lima descobrir o potencial para crescimento na região devido à implementação da BR 153, o mesmo organizou uma fazenda às margens da rodovia sabendo que a mesma traria o progresso para região através do ligamento entre o sul e o norte do Brasil, pois a fazenda foi denominada como sucupira.

Estas riquezas básicas fizeram com que Job Lima organizasse uma fazenda à margem direita do ribeirão Providência, dando-lhe o nome de Sucupira, árvore predominante no local. Tal fazenda foi adquirida pelo Sr. Antônio Alexandrino Ribeiro, mais conhecido por Antônio Valentim, onde em 12/08/1958 foi encontrado pelo Sr. Antônio Pereira de Souza, conhecido por Antônio Saudoso,

na companhia de 15 homens, chefiado pelo mesmo que prestava serviço à firma Jorge Lumes-Engenharia de Construção. Estabeleceram-se nas proximidades da fazenda, à margem direita do ribeirão Providência, com o objetivo da construção da ponte sobre o ribeirão Providência, e possibilitando assim a continuidade dos trabalhos da Rodovia Br-14 cujo projeto estabeleceria a sua passagem pelo local. (IBGE, 2021).

Foi o senhor Antônio Alexandrino Ribeiro quem pensou e planejou a execução de um novo povoado, sendo assim foram instaladas as primeiras residências no povoado, pois foram à agricultura, a extração da amêndoa de babaçu e a exploração do comércio os principais incentivos que levaram muitas famílias a migrarem para a região.

Enquanto eram executados os trabalhos, Antônio Saudoso planejou, em 1959, a execução da planta de um novo povoado que surgiria à margem da rodovia Belém Brasília, nome que foi logo dado ao incipiente povoado. A previsão de Antônio Saudoso estava se concretizando em ritmo bastante acentuado e, dentro de pouco tempo, ao lado do acampamento foram surgindo casas de forasteiros. De início radicou-se ali Frutuoso Vieira que fornecia mantimentos ao pessoal do acampamento e ali posteriormente, dedicou-se à agricultura. A agricultura, a extração da amêndoa do babaçu e a exploração do comércio tornaram-se, então, os principais fatores que incentivaram muitas famílias de imigrantes a fixar-se no local, dentre as quais destacamos as famílias de Felipe Facundes, Abdoral Fonseca, Mamedes Bucar e Noé Luiz. (IBGE, 2021).

O povoado foi denominado como Providência, pois o nome em que se denominava a fazenda “Sucupira”, mas os moradores não aceitaram esse nome para o povoado, posteriormente foi elevado a distrito de Miracema, e em 1º de janeiro de 1946 foi instalado o município de Miranorte.

Recebeu o povoado os nomes de Providência, tomado pelo ribeirão que o banha, e sucupira, que seus habitantes não aprovaram. Em 31/12/1962, foi o mesmo elevado à categoria de vila com o nome de Miranorte pela Lei nº 104. O distrito foi instalado em 1º de janeiro de 1963, e seu nome tomou duas sílabas iniciais da palavra Miracema e as adicionou à palavra Norte. Apenas um ano depois, foi instalado o município de Miranorte; mais precisamente em 1º de janeiro de 1946, em cumprimento da Lei Estadual nº4.820 de 08/11/1963. (IBGE, 2021).

Com isto, a cidade seguiu crescendo e se desenvolvendo aos poucos, e hoje de acordo com censo do IBGE de 2010, esta conta com 12.623 habitantes que são os dados populacionais do último censo, e hoje contamos com postos de saúde, escolas, creches, e diversos órgãos públicos, estaduais, municipais e vários bancos que ajudam

no desenvolvimento da comunidade Miranortense, como são chamados os moradores da cidade.

A seguir será retratado sobre a Política de Assistência Social no Município de Miranorte, sua origem e sua importância para a cidade.

4.3 Assistência Social no Município de Miranorte - TO

Sobre o processo de implementação e implantação da Política de Assistência Social no município de Miranorte não têm registros concretos. Temos como base a criação do Conselho Municipal de Assistência Social que ocorreu no dia 26 de maio de 1997, segundo registros encontrados na secretaria dos Conselhos da Assistência Social, tendo registrado o comparecimento de diversos representantes da comunidade local entre funcionários públicos e representantes da sociedade civil totalizando 20 membros.

Nesta reunião ficou acordada a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e definidos como prioridades: o controle da execução da Política de Assistência Social através do Fundo Municipal de Assistência Social, com intuito também de fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos que sempre será prestada conta a este conselho.

Temos também uma justificativa do então referido conselho que no mês de maio do ano de 2010 que tendo assumido o conselho o único material ou documento repassado pela gestão anterior foi um livro Atas. Que após a conferência dos dados ficou constatado que a última reunião tinha ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2006 que após está justificativa deu-se continuidade a partir de 27 de maio de 2010.

Sobre a lógica de perder documentos que retratam o cotidiano das repartições públicas, como foi o caso do Conselho Municipal de Assistência Social em Miranorte, reflete o quão grave é esta situação! Pois, perde-se parte da história do nosso município e com isto, deixa-se uma lacuna que não será preenchida por outros documentos. Portanto, trar-se-á nesta pesquisa os dados baseados nos documentos mais recentes encontrados na secretaria dos Conselhos.

A implementação do CRAS no município de Miranorte está baseada nos registros do censo suas CRAS 2019, onde está registrado a data de implementação do mesmo no dia 01 de janeiro de 2008, não foram encontrados registros de localização e quantidade de profissionais atuantes do então referido ano.

O CRAS está localizado na avenida princesa Isabel nº 1065 e tem a capacidade de referenciamento para 2.500 famílias. O mesmo é composto por uma coordenadora de nível superior e uma equipe técnica composta por três assistentes sociais e uma psicóloga, tendo também uma recepcionista, duas merendeiras, três, uma auxiliar de serviços gerais, dois orientadores sociais, uma coordenadora de programas sociais e dois vigias.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias- PAIF. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; construir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2005, p. 35).

A pesquisadora, enquanto trabalhadora do SUAS no ano de 2010, destaca que o CRAS já estava funcionando no endereço acima mencionado, com estrutura de porte adequado para o atendimento das famílias referenciadas.

Já a implementação do CREAS também está baseada no senso SUAS CREAS 2019 que está registrado que sua implantação se deu no dia 02 de maio de 2001, valendo ressaltar que em relação ao CREAS não foram encontrados mais registros de sua implantação. O CREAS de Miranorte é composto por uma coordenadora de nível superior, uma assistente social, um psicólogo, um advogado, uma auxiliar de serviços gerais, um recepcionista.

Após realização da pesquisa, foi descoberto que quanto ao CREAS também houve a perda dos documentos sobre sua implantação, ficando assim apenas a data do registro de implantação em alguns documentos e no que se refere aos registros das atividades.

Cabe destacar aqui a importância de todos os servidores que passarem por estes órgãos que sejam orientados sobre a necessidade de guardar os documentos a os quais registram a história de cada departamento, até mesmo aqueles documentos que retratam o cotidiano de cada instituição, pois a perda dos mesmos como vimos através desta pesquisa pode gerar uma quebra na história.

Destaca-se ainda que dos documentos analisados no CMAS não foram encontrados registros sobre o Programa Bolsa Família, ficando esta ausência de informações devido as perdas ocorridas das atas e reuniões do referido conselho.

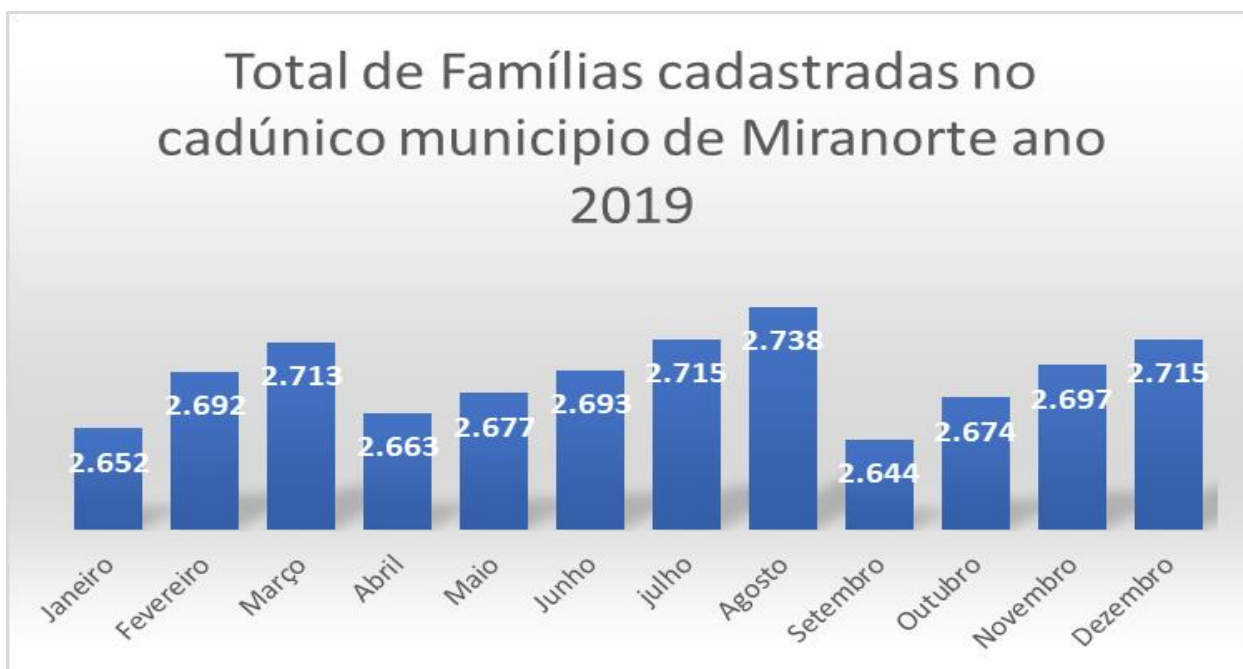
Diante dessa realidade, a partir de uma pesquisa realizada nos dados da CECAD 2.0¹³, será apresentado um breve panorama sobre o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família no município de Miranorte.

4.4 Cadastro Único e Bolsa Família: um breve panorama da realidade de Miranorte - TO

Neste primeiro gráfico trar-se-á o total de famílias cadastradas no cadastro único durante o ano de 2019.

¹³ O acesso ao módulo restrito do CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico foi alterado para os gestores e técnicos municipais e estaduais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família. Anteriormente, o acesso era feito por meio do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), mas desde janeiro de 2021, passou a ser realizado pela conta GOV.BR. (BRASIL, CAIXA. 2021) Disponível em:< <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informe-gestores/informe-gestores/acesso-ao-cecad-passa-a-ser-realizado-pela-plataforma-gov.br>>.

Gráfico 1- Total de Famílias Cadastradas no Cadastro Único



Fonte: CECAD 2.0 (2021).

Observa-se neste gráfico a retratação mês a mês do total de famílias cadastradas no Cadastro Único no ano de 2019 que variaram entre 2.652 famílias no mês de janeiro e 2.715 no mês de dezembro, tendo os meses de janeiro, abril e setembro com menor índice de famílias cadastradas que variaram de 2.652 no mês abril a 2.644 no mês de setembro. Ressalta-se que os meses que retratam o maior índice de famílias cadastradas foram março, julho e agosto que variaram entrem 2.713 a 2.738 famílias. Destaca-se ainda que a média mensal de famílias cadastradas é de 2.689 no referido ano.

Vale ressaltar que o número de famílias cadastradas no CadÚnico são divididas em: famílias que recebem o benefício do bolsa família; as que tem carteira do idoso; as que tem apenas isenção para concurso público; ID jovem e ainda têm aquelas famílias que estão no cadastro mas por algum motivo ou divergência não se encaixam em nenhum dos programas disponíveis, mas estão no perfil do mesmo.

O Governo Federal utiliza do cruzamento de dados para avaliar as famílias cadastradas, e mesmo após esse cruzamento de dados a família permanece na base do Cadastro Único por estarem dentro do padrão estabelecido pelo governo, pois, até

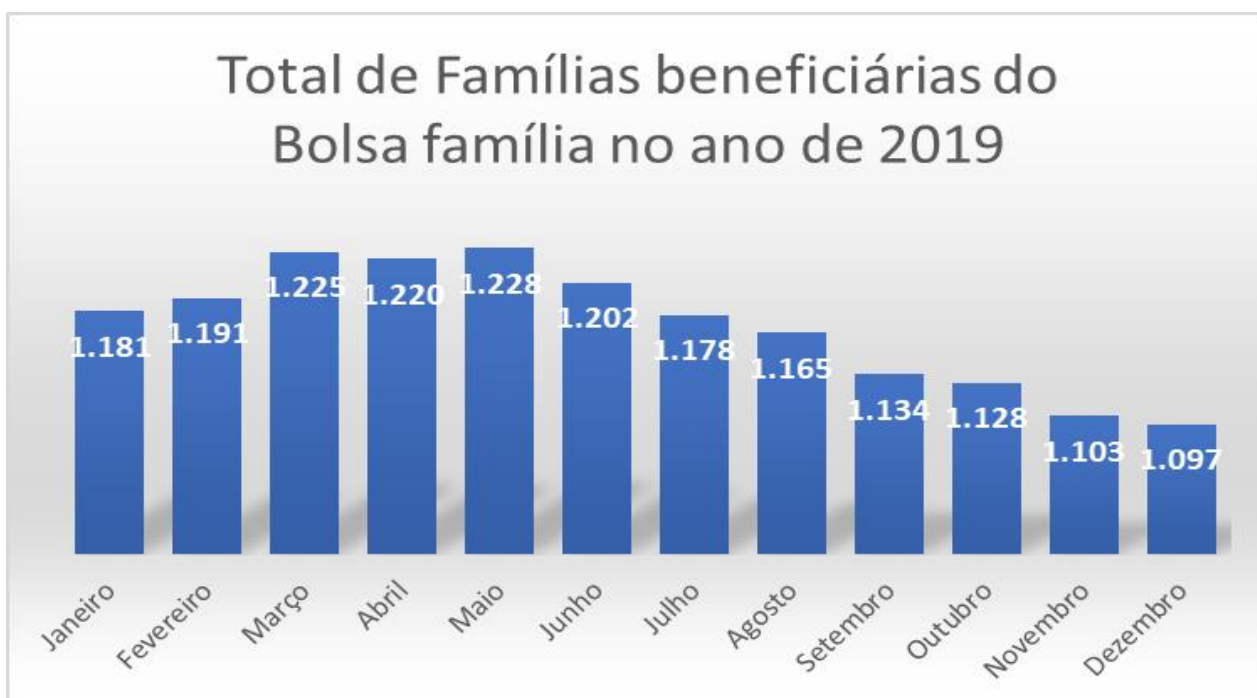
mesmo aquelas famílias que fazem o cadastro e ficam fora do perfil para os programas sociais existentes, as mesmas só são desligadas automaticamente, somente após notificação do Governo Federal informando que a renda declarada no CadÚnico não condiz com seus dados, pois essa notificação pode chegar diretamente no endereço informado no cadastro ou na coordenação do referido cadastro. Com a permanência das famílias no programa ao ser desligada:

A família deve ser capaz de se auto-gerenciar e prover seu sustento com seu trabalho, a partir de conhecimentos adquiridos ao longo de sua inclusão no PBF. Autonomia, independência, emancipação são entendidos como manifestações da capacidade de gerir a própria vida e de seus dependentes. É isto o que se quer possibilitar as famílias que ainda precisam de intervenção e apoio. (FRONZA, 2010, p. 12).

O programa visa contribuir para o processo de emancipação da família, na tentativa de as mesmas a superarem as vulnerabilidades existentes.

Já no próximo gráfico será demonstrado o total de famílias que foram beneficiárias do bolsa família no ano de 2019.

Gráfico 2 – Total de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: CECAD 2.0 (2021).

Neste gráfico retrata-se o número mês a mês de famílias beneficiárias do Bolsa Família, iniciando o mês de janeiro com o total de 1.181 famílias recebendo o benefício e finaliza dezembro com 1.097 famílias, onde mostra apenas três meses com nível igualitário sendo estes março, abril e maio que variam entre 1.228 a 1.220. Após estes meses houve uma queda acentuada do número de famílias beneficiárias, chegando a quase cem famílias a menos que deixaram de receber o benefício do Bolsa Família durante o ano de 2019.

Então, de acordo com o gráfico 1, em janeiro temos um total de 2.652 famílias que se cadastraram no CadÚnico e no mesmo mês em janeiro o total de famílias que foram beneficiárias, conforme o gráfico 2, foi de 1.181, as outras 1.471 que podem ser carteira do idoso, ID jovem dentre outros programas relacionados ao cadastro único ou até mesmo famílias que se cadastraram, mas não se enquadram em nenhum programa, mais para entender mais a fundo estes dados, será somente através de outra pesquisa.

É importante destacar ainda que o último censo do IBGE 2010, a população de Miranorte estava em 12.623 pessoas e se comparado ao total de famílias cadastradas ou que recebem o benefício não dá nem um terço da população da cidade no que se refere a família, pois, Mito (2011), destaca que:

[...] Família é um espaço muito complexo que se constrói e se reconstrói histórica e a intervenção pública só acontece quando a família e o mercado falham nessa provisão. Ou seja, a provisão do bem-estar social dos indivíduos fica condicionada em última instância às condições da família. Isso faz com que as razões de nascimento sejam determinantes nas condições de vida do indivíduo. Se alguém nasceu pobre, é possível prever toda a sua trajetória de acesso a bens, serviços, renda e tudo o mais. Isso significa dizer que a relação entre família e Assistência Social, [...] (MIOTO, 2011, p.110).

Reforça-se que o Estado tem o papel de garantir ao cidadão o bem-estar e o acesso a bens e aos serviços para que o mesmo tenha uma vida digna e possa assim ter condições de prover sua própria subsistência e de sua família.

Já no próximo gráfico trar-se-á o total de novas concessões ocorridas durante o ano de 2019.

Gráfico 3 – Novas Concessões de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família.



Fonte: CECAD 2.0 (2021).

Neste gráfico que retrata as novas concessões mês a mês, temos o mês de janeiro com 19 novas famílias recebendo o Benefício do Programa Bolsa Família e finaliza dezembro com o número zero, sendo que, não foi inserida nenhuma nova família, pois, o mês que apresentou o maior índice de novas famílias foi o mês de março com 38 novas famílias beneficiárias. Destaca-se também que no ano houve vários meses que não foram inseridas nenhuma nova família, no que se refere ao ano que tem doze meses, tivemos a metade do ano sem nenhuma nova família, sendo os meses de junho, julho agosto, setembro, novembro e dezembro. Sobre as novas concessões Brettas (2017, p. 68 apud Silva, 2012), coloca a seguinte questão:

Este programa, além de inserir milhões de pessoas no sistema bancário e, com isso, garantir o acesso a diversos outros serviços oferecidos por estas instituições, remunera as instituições bancárias que operam as transferências monetárias para as famílias. (BRETTAS, 2017, p. 68).

A autora supra citada destaca a importância do benefício para as famílias, pois o mesmo garante a elas diversos outros serviços, como acesso ao sistema bancário,

dentre outros. Mas, deve-se observar que o gráfico retrata que sobre as novas inserções tem seis meses sem inserção nenhuma, tendo em vista que isto gera para as famílias que estão na fila de espera para serem aprovadas um sofrimento angustiante, pois as famílias se cadastram na esperança de poder obter um benefício, mas pode ocorrer de uma família passar muito tempo na fila esperando ser aprovada.

Esses meses que não tiveram novas famílias inseridas, pode significar duas coisas: primeiro, não havia famílias com perfil do PBF na lista de espera. Segundo, famílias que permanecem recebendo por muito tempo e não abre novas possibilidades de inserção de outras famílias, mas isto somente outra pesquisa poderá identificar.

4.5 Perfil das famílias desligadas de forma voluntária do Programa Bolsa Família (PBF) em 2019 no município de Miranorte – TO

Para apresentar os resultados desta pesquisa trar-se-á os dados encontrados na base do CadÚnico no que diz respeito às famílias e suas características. Então para compreender os fatores que levaram as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Miranorte a se desligarem do referido Programa no ano 2019, a disposição dos dados foi organizada da seguinte forma: Primeiro, para analisar o perfil das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza desligados do Programa Bolsa Família no Município de Miranorte no ano de 2019.

Segundo, para analisar como o Programa Bolsa Família contribuiu para superação da pobreza e extrema pobreza das famílias desligadas no ano 2019 e, investigar como a articulação dos serviços sócio assistenciais contribuíram para processo de desligamento das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no ano de 2019, apresentaremos uma análise a partir das informações colhidas no instrumental utilizado para desligamento dos usuários do PBF no ano de 2019.

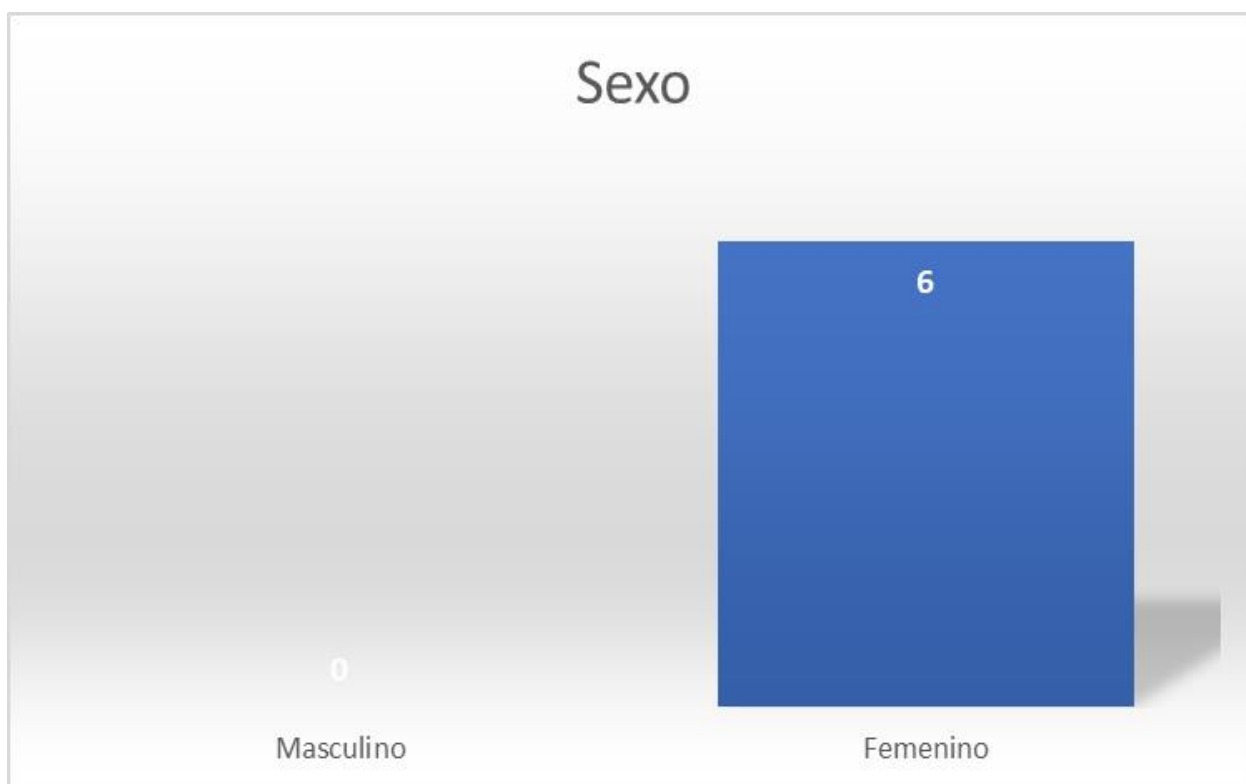
Se fez necessário nesta pesquisa abordar sobre o perfil das famílias que se desligaram do programa no ano de 2019, para poder compreender a situação em que essa família se encontrava, como era a renda, sexo, moradia, quantidade de pessoas, se haviam crianças, como eram custeadas as despesas, e dentre outros

questionamentos e a partir de então fazer uma reflexão sobre as condições vivenciadas por estas famílias.

Então, buscou-se essas informações nos formulários (impresso) de cadastramento do Cadastro Único relacionadas às famílias pesquisadas. Vale ressaltar que este documento é utilizado para cadastrar todas as pessoas que procuram o Cadastro Único e neles são registrados todos os membros da família e suas características, sua renda, e a escolaridade, dentre outros. No final deste formulário existe um comprovante de prestação de informações onde é assinado pelo responsável familiar e também pelo entrevistador. É importante colocar aqui que na base do Cadastro Único existem outros formulários como: desligamento, pessoa em situação de rua, e outros, usado de acordo a necessidade de cada inscrito ou de cada situação.

Portanto, no próximo gráfico, apresentar-se-á o perfil das seis famílias que foram desligadas do programa bolsa família seja por motivo voluntário, ou por desligamento orientado “denúncia”.

Gráfico 4 – Perfil das famílias desligadas do programa (sexo biológico)



Fonte: Cadastro Único (2021).

Neste gráfico traz-se os dados relacionados ao sexo da pessoa responsável pelo cadastro, e o mesmo nos mostra que das seis famílias que foram desligadas no ano de 2019 todas o responsável legal é do sexo feminino, não apresentando nenhum cadastro que o responsável e fosse do sexo masculino. Não é que não exista, mas no que se refere ao cadastro único geralmente são as mulheres as responsáveis, mesmo elas tendo companheiro.

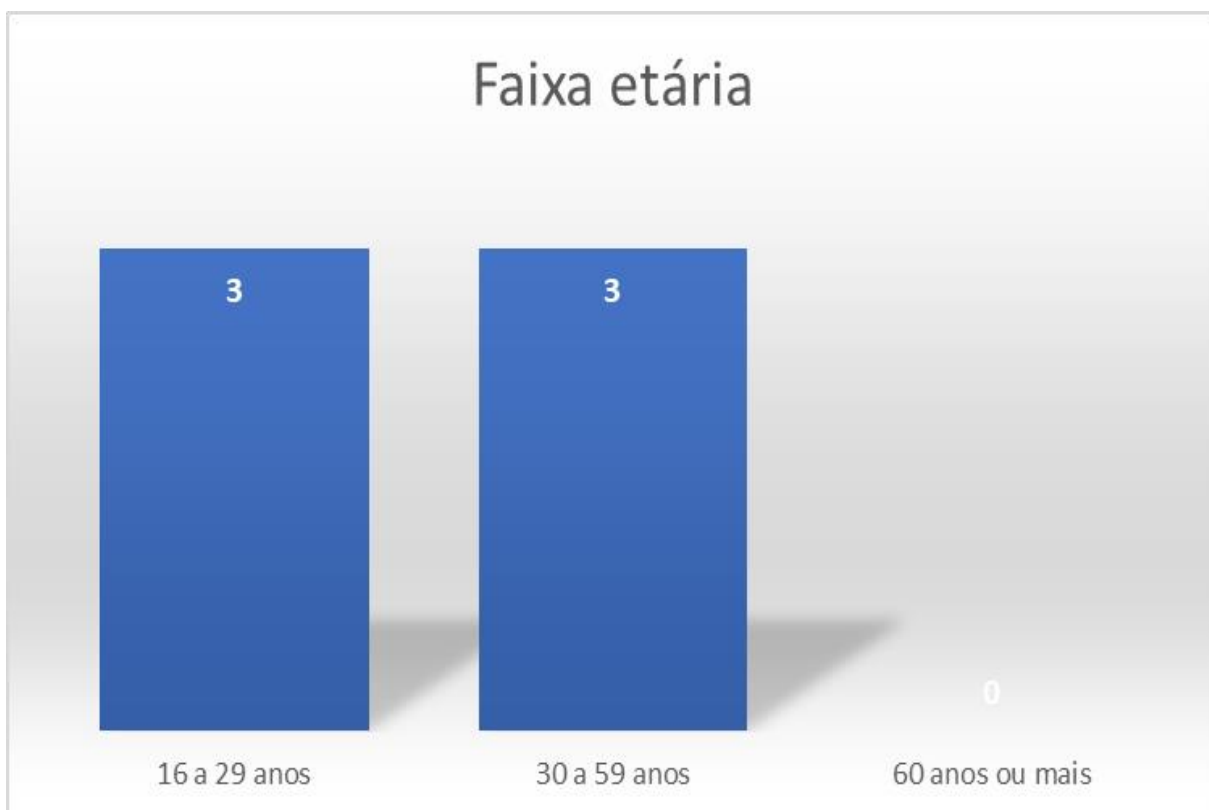
Ao se falar de gênero, Ferreira; Marinho (2014, p. 3), destacam que:

Porém, é necessário problematizar a perspectiva de gênero deste programa e entre o público beneficiário. Ao direcionar as responsabilidades para a mulher, entendemos que o PBF reproduz a divisão de papéis sociais de gênero postos na sociedade. Isto quer dizer que o Estado reforça a divisão de papéis de mundos entre o poder Público e o privado, reservando à mulher em situação de pobreza a esfera do privado, dos cuidados com os filhos e com a casa, além do trabalho remunerado precário e/ou informal. (FERREIRA; MARINHO, 2014, p. 3).

Ao ter a mulher geralmente como responsável legal dentro do Cadastro Único intensifica a feminização do trabalho da mulher em relação aos cuidados na esfera doméstica. Mas Corgozinho (2015 p.1) destaca que: “[...] o PBF reconhece o papel da mulher e valoriza na maioria dos casos ao nomeá-la como responsável pelas condicionalidades previstas no programa”. Diante disto, destaca-se que a mulher vem ganhando espaço no mercado de trabalho, passando a ser uma das provedoras dentro do lar, mas também é importante colocar as divergências ao responsabilizar as mulheres como responsável pelo cadastro, pois isto nem sempre é visto como uma valorização do seu papel de mãe e mulher, mas também pode ser visto como a responsável por cumprir as condicionalidades previstas pelo programa, como foi visto através dos autores acima citados. A seguir falar-se-á sobre a faixa das responsáveis das famílias pesquisadas.

Neste próximo gráfico retrata-se os dados em relação faixa etária das responsáveis pelas famílias que foram desligadas no referente ano de 2019.

Gráfico 5 – Faixa Etária das responsáveis pelas famílias que foram desligadas em 2019.



Fonte: Cadastro Único (2021).

Neste gráfico apresenta-se os dados divididos em três faixas etárias tendo o total das responsáveis pelas famílias divididas nas duas primeiras faixas etárias que são 16 a 29 anos e de 30 a 59 anos, cada faixa etária teve três famílias e na faixa etária das famílias acima dos sessenta anos não teve nenhuma responsável pelas famílias.

Isto mostra que dentre estas responsáveis pelas famílias não estava incluso nenhuma família em que o responsável era uma pessoa idosa, mas das seis famílias pesquisadas todas as responsáveis estão abaixo de 59 anos de idade. Isto não quer dizer que no Cadastro Único não exista idosos mas apenas em relação a esta pesquisa não foi encontrado.

Já neste próximo gráfico serão abordados os dados sobre cor e ou etnia das responsáveis pelas famílias desligadas do Programa Bolsa Família.

Gráfico 6 – Cor /etnia das responsáveis pelas famílias desligadas do Programa Bolsa Família.



Fonte: Cadastro Único (2021).

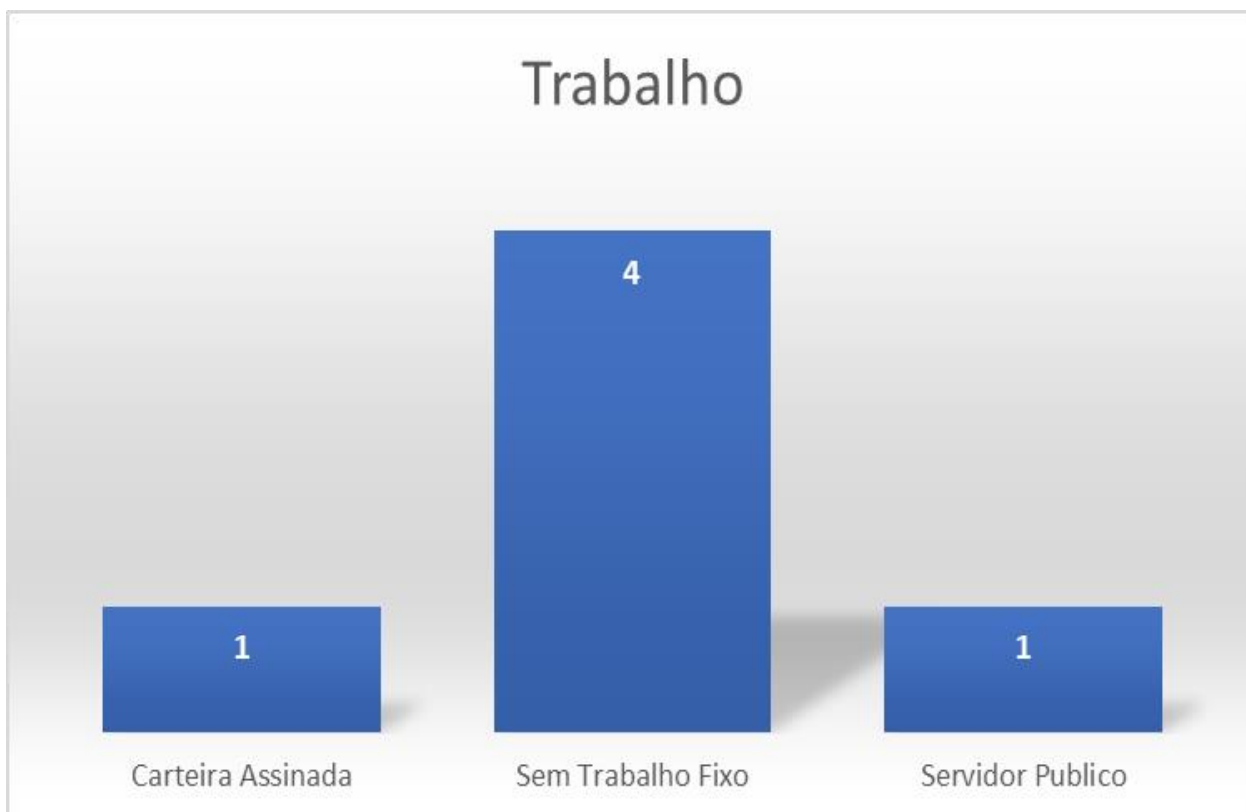
Neste gráfico os dados sobre cor e etnia, referentes às informações declaradas pela responsável legal no cadastro único e neles foram encontradas as seguintes informações, três responsáveis pelas famílias que se declararam ser brancas e três que se declararam ser pardas.

No que diz respeito à articulação de gênero com outras categorias, consideramos que, no interior das ciências sociais, houve um expressivo avanço quanto às intersecções de gênero e classe social. Contudo, avaliamos que mais esforços ainda são necessários para agregar a questão racial nessa intersecção. (MARIANO; CARLOTO. 2013, p. 394).

Após realização da pesquisa foi observado e retratado no gráfico anterior que das responsáveis das famílias pesquisadas não houve nenhuma que tenha se declarado como preta, indígena ou outra cor ou etnia, mas isto não quer dizer que não haja representantes das famílias que se declararem no Cadastro Único, apenas nas famílias pesquisadas não teve nenhuma que se declarou diferente ao gráfico.

Já neste próximo gráfico será retratada a situação de trabalho das representantes das famílias que foram desligadas.

Gráfico 7 – Situação de trabalho das responsáveis das famílias



Fonte: Cadastro Único (2021).

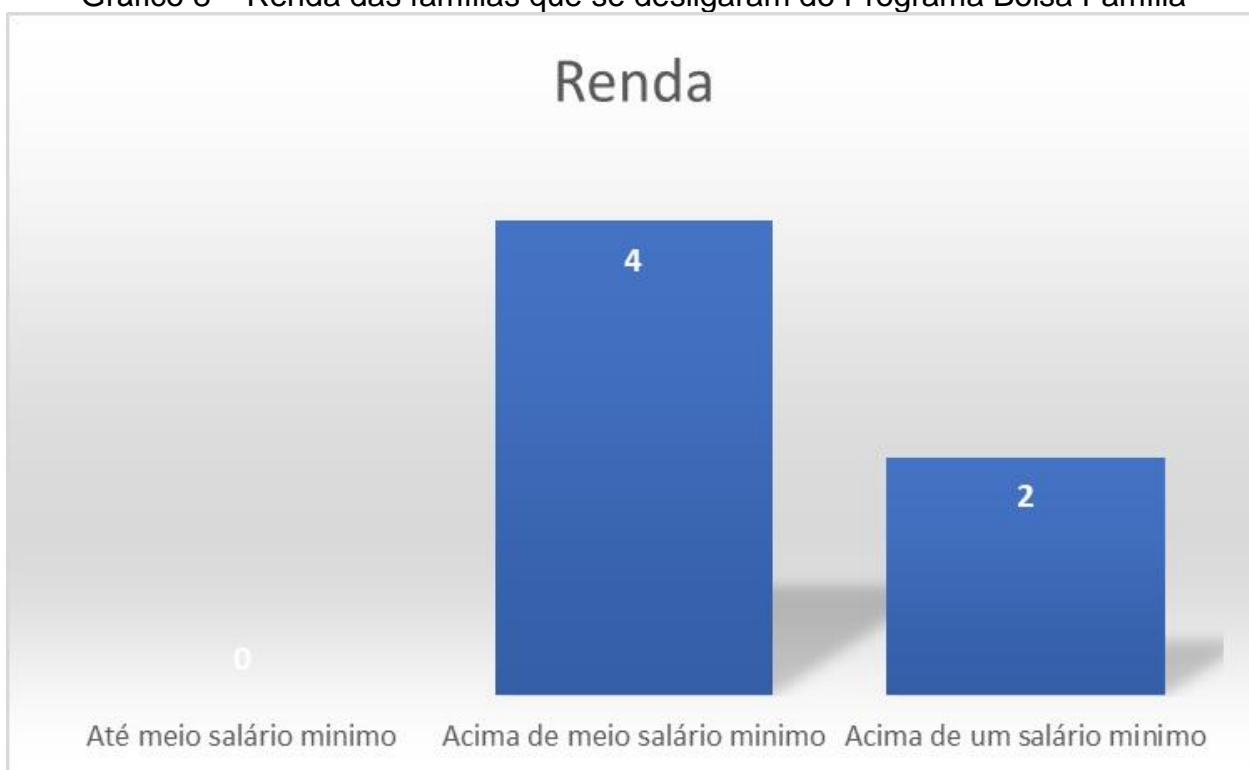
Em relação ao trabalho das responsáveis das famílias tem-se uma representante que declarou ter carteira assinada, temos quatro representantes das famílias sem trabalho fixo, e uma representante que declarou ser servidora pública. É importante destacar que se colocou nos questionários a situação de trabalho como formal, informal e autônomo e no gráfico foram utilizados os dados encontrados nos cadastros das famílias desligadas, ou seja, a declaração da responsável da família em relação a sua situação de trabalho.

É importante ressaltar que o fato de exercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres com as atividades domésticas, apesar de reduzir a quantidade de horas dedicada a elas. As mulheres ocupadas continuam se responsabilizando pelo trabalho doméstico não

remunerado, o que leva à chamada dupla jornada. (SIQUEIRA, ALVES. 2018 apud IPEIA, 2017, p. 12).

Após explicar sobre a situação de trabalho das responsáveis das famílias, neste próximo gráfico será apresentado sobre a renda das famílias que se desligaram do Programa Bolsa Família no referido ano.

Gráfico 8 – Renda das famílias que se desligaram do Programa Bolsa Família



Fonte: Cadastro Único (2021).

Em relação à renda das famílias é importante destacar que nenhuma família declarou ter renda de até meio salário mínimo, quatro famílias declararam ter renda entre meio salário mínimo e um salário mínimo e duas famílias declararam ter renda superior a um salário mínimo. Dessas quatro famílias declararam ter renda acima de meio salário.

Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados pela dimensão de renda, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. (YAZBEK, 2012, p. 291).

Após reflexão da autora supracitada, suscita-se o debate de que será se esta renda declarada pelas famílias realmente era suficiente para manutenção das suas necessidades básicas? Com isto, é importante colocar que somente outra pesquisa poderá responder a tal questionamento.

No próximo gráfico retratam-se os dados relacionados ao número total de pessoas residentes na casa.

Gráfico 9 – Número total de pessoas residentes na casa das famílias desligadas do Bolsa Família



Fonte: Cadastro Único (2021).

Neste gráfico apresentam-se os dados relacionados ao número de pessoas na casa, tendo as seguintes informações de que foram quatro responsáveis pelas famílias que declararam ter até três pessoas na casa e as outras duas declararam ter mais de três pessoas. O gráfico retrata que das famílias pesquisadas a maioria tem poucas pessoas que a compõe, o que dentro da lógica do Bolsa Família quando pensamos em

famílias beneficiárias, sempre imaginamos uma família numerosa, mas dentre as pesquisadas foi percebido que a maioria tem menos pessoas.

No próximo gráfico trata-se dos dados referentes ao estado civil das responsáveis das famílias que foram desligadas.

Gráfico 10- Estado Civil das responsáveis das famílias que foram desligadas

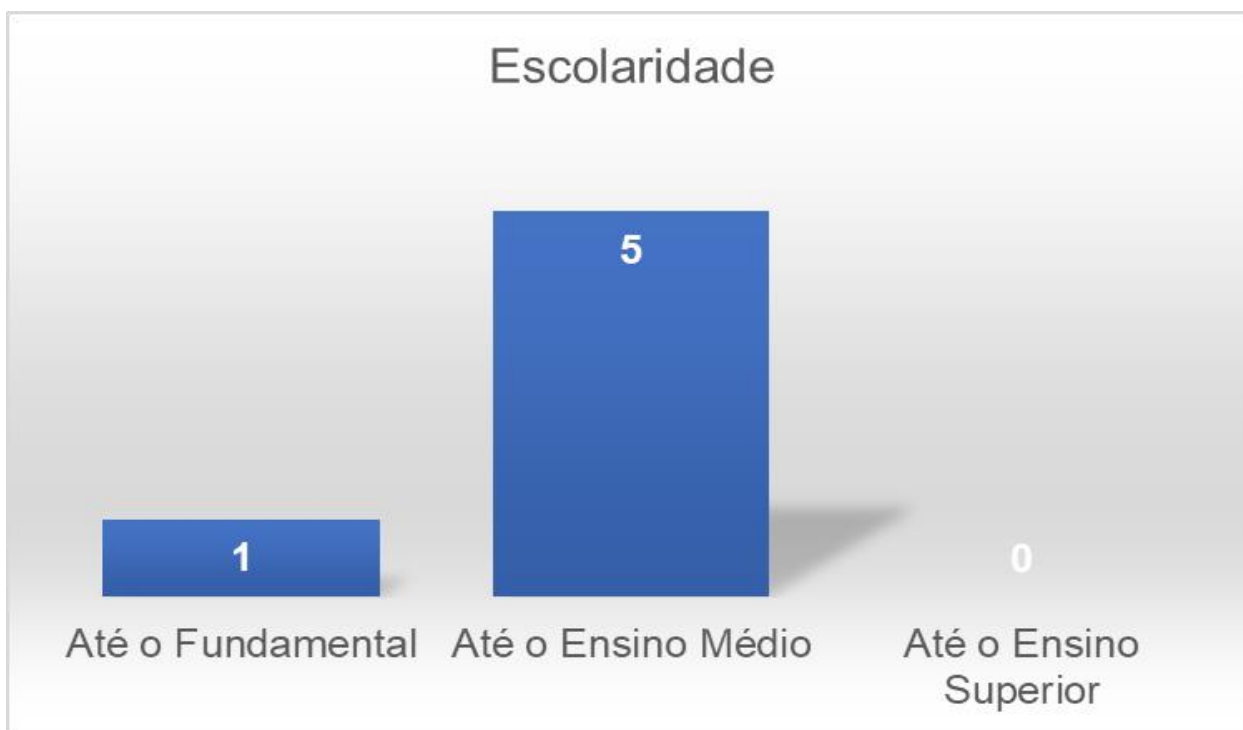


Fonte: Cadastro Único (2021).

Neste gráfico apresenta-se os dados relacionados ao estado civil das responsáveis pelas famílias desligadas. Segundo os dados encontrados nos cadastros todas declararam ser casadas, seja de forma da lei ou como união estável e não tem nenhuma representante de família que declarou outro tipo de união. Como o Cadastro Único é para famílias que residem na mesma casa independente de grau de parentesco ou tipo de união. No que se refere ao estado civil o cadastro geralmente não exige comprovação do tipo de união da responsável da família, sendo apenas auto declaratório.

Já No próximo gráfico iremos retratar os dados relativos à escolaridade do responsável legal pelo CadÚnico das famílias desligadas do Programa Bolsa Família.

Gráfico 11 – Escolaridade do responsável legal pelo CadÚnico das famílias desligadas do Programa Bolsa Família.



Fonte: Cadastro Único (2021).

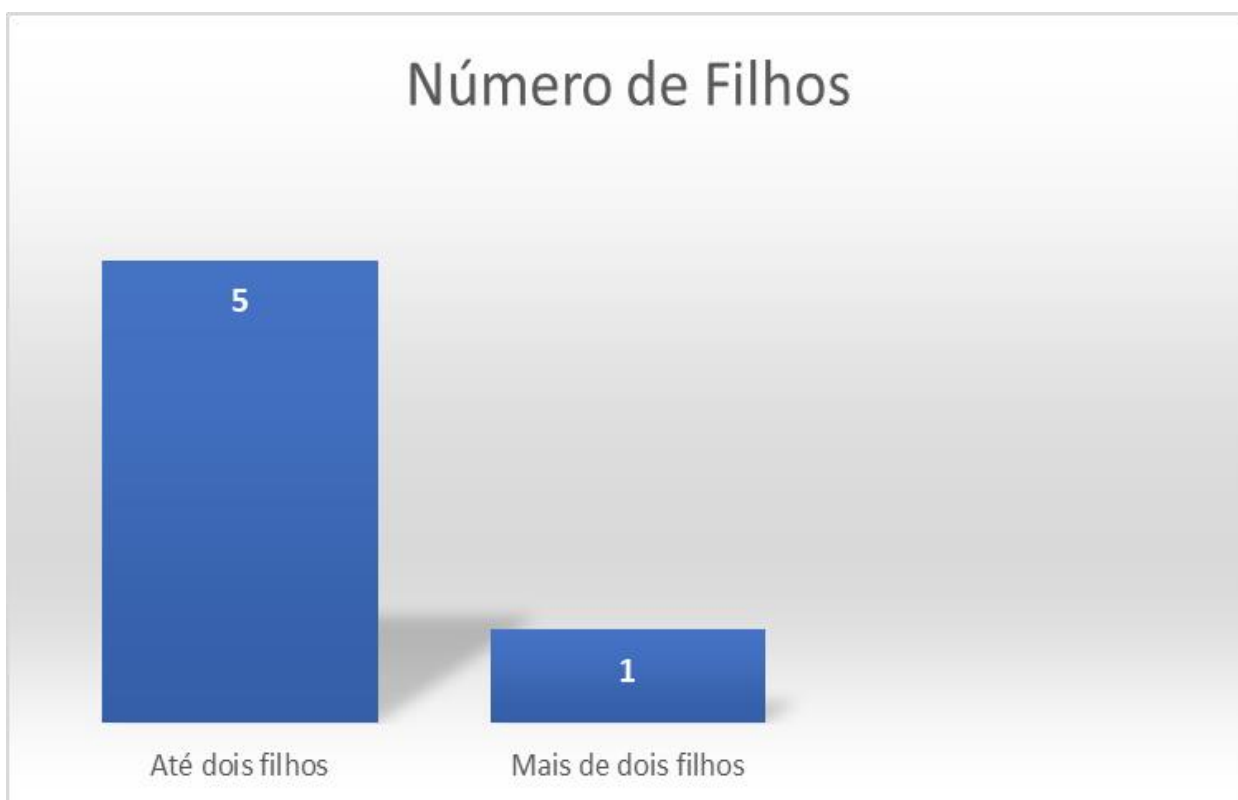
Neste gráfico se tem os dados relacionados a escolaridade, onde consta que apenas uma representante da família declarou ter até o ensino fundamental e outras cinco representantes das famílias declararam ter até o ensino médio. Em relação ao ensino superior não houve nenhum registro dentre as famílias pesquisadas. Em relação a escolaridade Siqueira e Alves, destacam que:

Essas alterações de escolaridades não alteraram as condições materiais dessa população e seus familiares, o que implica dizer que a educação formal, na sociedade capitalista, não é condicionante à melhoria material de vida. (SIQUEIRA; ALVES, 2018, p. 15,16).

As autoras supracitadas colocam que mesmo que a família estude, numa sociedade onde impera o capitalismo é difícil mudar a qualidade de vida. Segundo elas para a mudança na qualidade de vida devem estar atreladas a outras condicionantes.

Diante disto, no próximo gráfico serão destacados os dados encontrados em relação ao número de filhos das famílias pesquisadas.

Gráfico 12 – Número de filhos da famílias desligadas



Fonte: Cadastro Único (2021).

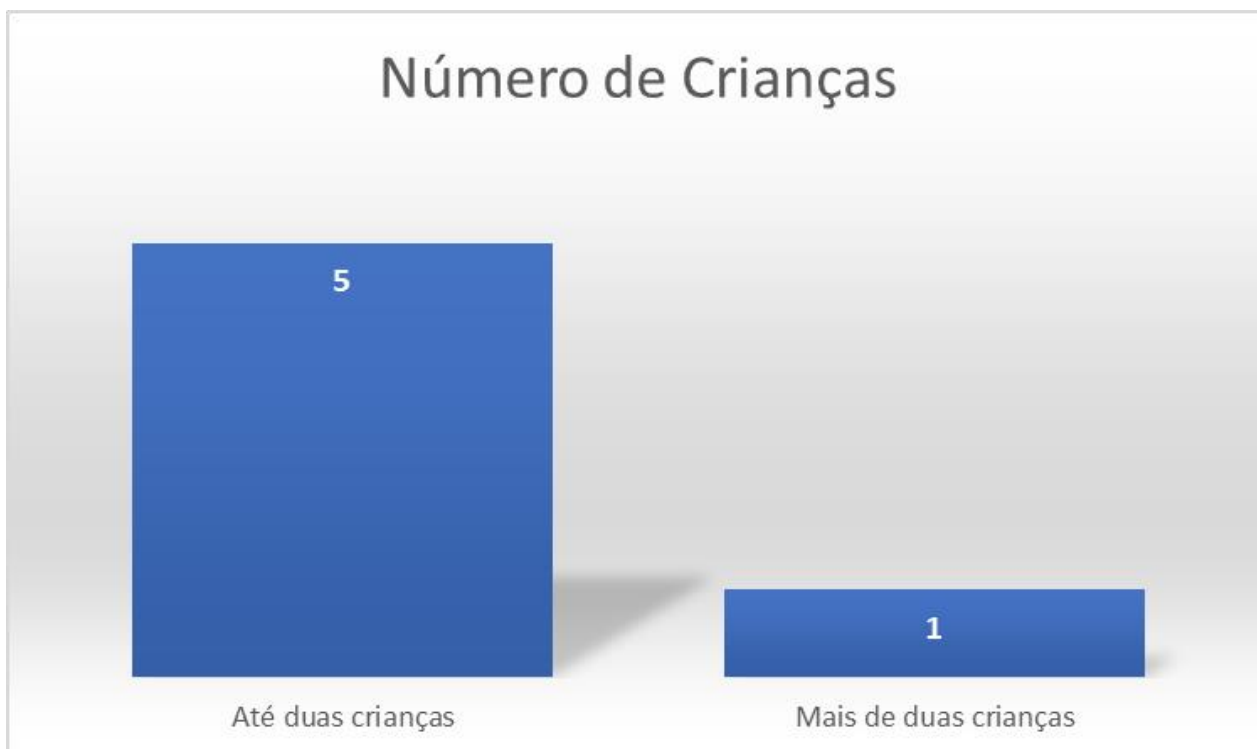
Neste gráfico apresentam-se os dados informados pelas famílias em relação ao número de filhos de cada cadastro, onde foram declarados que cinco famílias têm até dois filhos e apenas uma família declarou ter mais de dois filhos.

O desenho central do programa é o compromisso das famílias, para o bom desenvolvimento de seus filhos, o objetivo das condicionalidades é também contribuir para que as mesmas tenham acesso às políticas sociais, que lhes são de direitos, podendo, a médio prazo, superar a situação de pobreza em que se encontram. (CORGOZINHO, 2015, p. 4).

Ao condicionar a família para cumprir compromissos com o Programa Bolsa Família e a partir daí ter maior permanência no programa, traz para família a oportunidade em superar suas vulnerabilidades sociais.

O próximo gráfico traz os dados relacionados aos números de crianças.

Gráfico 13 - Número de Crianças por famílias desligadas.



Fonte: Cadastro Único (2021).

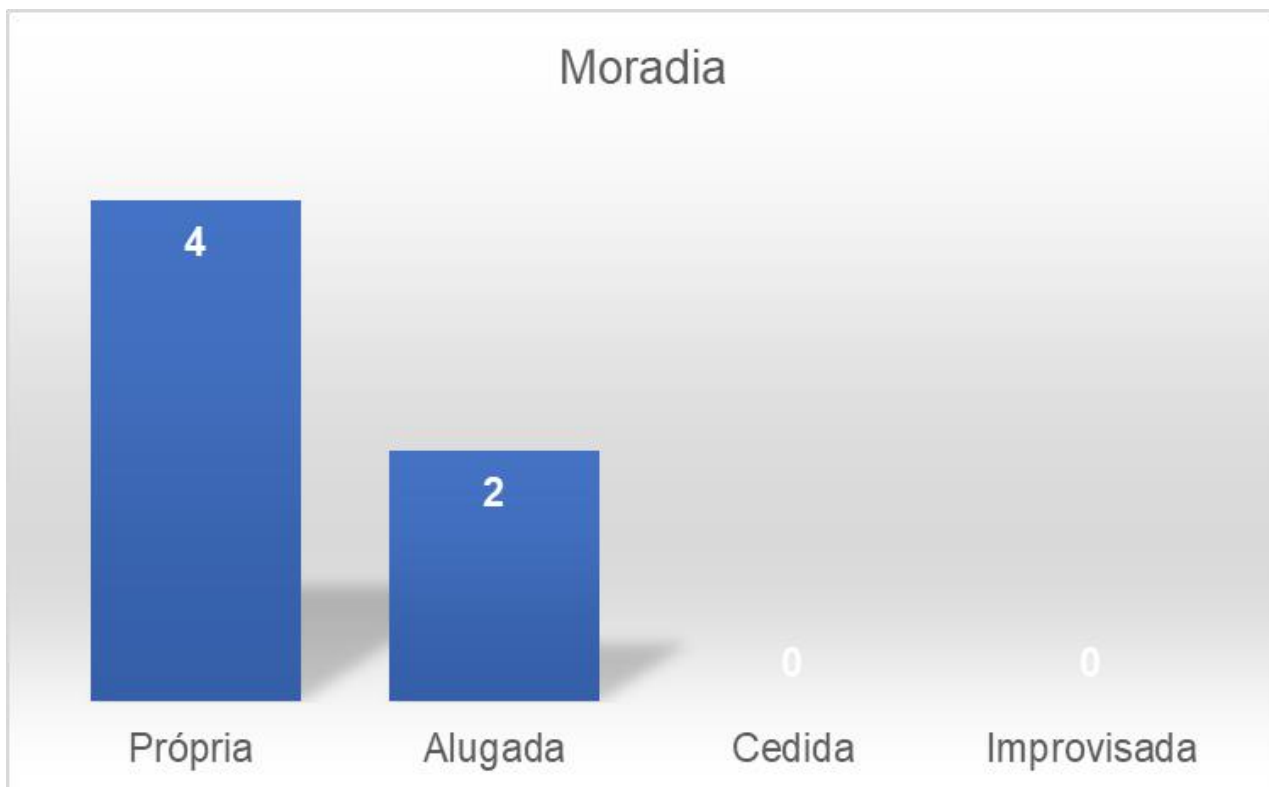
Este gráfico retrata os dados informados ao número de crianças dentre as seis famílias desligadas, foram cinco famílias que declararam ter até duas crianças na casa e apenas uma família declarou ter mais de duas crianças na família.

Diante deste gráfico destaca-se o papel da mulher enquanto responsável nos cuidados com as crianças e os demais afazeres. Diante disto (Ferreira e Mariano, 2014, p.7). retratam que “[...] é cultural que a mulher cuide da casa e dos filhos ficando o homem sempre ligado ao privado e a mulher ao público [...]”, trazendo para a mulher as responsabilidades com as condicionalidades do PBF.

As condicionalidades fazem parte do formato de combate à pobreza adotado pelo programa. Sendo assim, para que o benefício seja mantido, algumas obrigatoriedades devem ser cumpridas, como o mínimo de frequência escolar para as crianças e adolescentes, pesagem e vacinação em dia para crianças de até sete anos e o acompanhamento de gestantes. O objetivo principal dessas condicionalidades é a quebra do ciclo intergeracional da pobreza, por meio do acesso às políticas sociais, como educação, saúde e assistência social. (FERREIRA; MARIANO, 2014, p. 3).

Já neste próximo gráfico serão apresentados os dados relacionados a moradia destas famílias que foram desligadas.

Gráfico 14 - Moradia das famílias desligadas.



Fonte: Cadastro Único 2021.

Neste gráfico tem-se quatro responsáveis das famílias que declararam ter moradia própria e duas representantes das famílias declararam residir em casa alugada. Em relação a moradia cedida e improvisada não teve nenhuma representante da família que declarou residir neste tipo de moradia, lembra-se que os dados apresentados se referem as seis famílias desligadas no ano de 2019.

O programa propõe o rompimento do ciclo de pobreza entre as gerações. Considerado o maior programa de transferência de renda no Brasil, pelo foco nas famílias pobres e extremamente pobres, com o objetivo de combate à fome, melhoria de habitação e acesso a bens básicos, proporcionando o alcance ao crédito facilitado e o bem-estar social. (SANTOS, et al. 2017, p. 6).

Os autores supracitados destacam a importância do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza, onde visa que a família pode ter melhores condições de vida e assim conseguir superar as vulnerabilidades existentes.

Já neste próximo gráfico será apresentado os setores em que estas famílias residem.

Gráfico 15 – Setor/Bairro que estas famílias desligadas do programa residem.



Fonte: Cadastro Único (2021).

O gráfico traz os dados relacionados ao setor que cada família reside, tendo uma família que declarou morar no centro da cidade, duas famílias declararam morar na Vila Maria, uma família declarou que mora no Setor Aeroporto, uma família declarou que mora no Setor Sul e uma declarou que mora na zona rural do município de Miranorte.

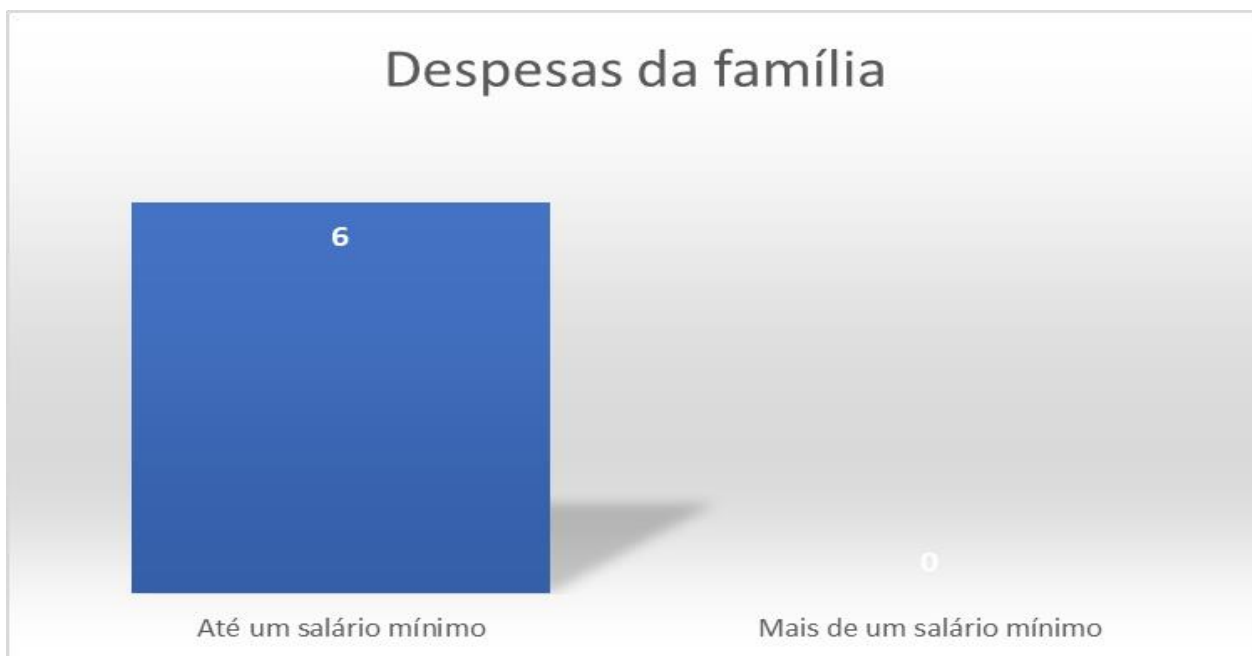
Diante deste gráfico mostra-se que as famílias que solicitaram ou tiveram seu benefício desligado durante o ano pesquisado moravam em setores diferentes da cidade, sendo apenas duas famílias residentes no setor Vila Maria, setor este considerado de classe média na cidade, e o mais próximo ao centro da cidade, mas isto também não quer dizer que não haja nele família em situação de pobreza, apenas

destaca-se que foi nele que foram encontradas duas famílias das pesquisas, sendo que nos outros uma família para cada setor.

Já em relação aos itens 14 e 15 do questionário onde busca-se descobrir se nestas famílias tinham pessoas com deficiências e idosas, afirma-se que não foram encontrados registros ou seja, nenhum cadastro tem pessoas com deficiências e idosas residindo com essas famílias.

Já neste próximo gráfico retrata-se sobre as despesas total das famílias desligadas do Programa Bolsa Família.

Gráfico 16 – Despesas da Família as despesas total das famílias desligadas do Programa Bolsa Família.



Fonte: Cadastro Único (2021).

O gráfico em análise traz os dados relacionados as despesas das famílias que foram desligadas do Programa Bolsa Família, tendo em vista que temos seis famílias que declararam que suas despesas são até um salário mínimo, deixando claro que de acordo com gráfico 9 apenas duas famílias declararam ter renda superior a um salário mínimo.

4.6 Desligamento do Programa Bolsa Família no ano de 2019 no Município de Miranorte

Para apresentar os dados referentes aos desligamentos do PBF no ano de 2019 no município de Miranorte, começa-se chamando a atenção para o número de famílias com benefício cancelado no referido ano, conforme gráfico a seguir que aborda também os motivos dos desligamentos das famílias do Programa Bolsa Família do ano de 2019 no município de Miranorte - TO.

Gráfico 17 – Número de famílias desligados por mês do ano de 2019



Fonte: cecad 2.0 (2021).

Estes números indicam que no ano de 2019 foram desligadas um total de 224 famílias do Programa Bolsa Família e, o mês de janeiro chama a atenção por concentrar o maior número de famílias desligadas, totalizando 55 famílias. Tem-se também cinco meses com menos de 10 benefícios cancelados que foram: fevereiro, março, maio, outubro e dezembro.

Os sistemas se relacionam e compartilham dados que permitem a correta geração dos benefícios mensais pagos às famílias. Compreender como isso se dá auxilia na gestão dos benefícios e propicia um atendimento mais qualificado às famílias. Com o mesmo propósito, a gestão municipal deve se preocupar com a consistência das informações registradas nos diversos sistemas. (BRASIL, 2021).

É importante destacar que para se chegar ao cancelamento, o cadastro passa por compartilhamento de dados, o qual detecta irregularidades, que passar por advertência, suspensão, bloqueio e por último o cancelamento do benefício, mas em todos estes processos a família é notificada através dos extratos de recebimento do benefício e ou até mesmo em correspondências encaminhadas ao endereço do responsável pelo cadastro.

Na análise dos gráficos sobre os benefícios cancelados, estes representam menos da metade do ano se comparado aos doze meses do ano, pois nos outros meses apresentam o maior número de cancelados, o que nos mostra um número muito elevado de benefícios cancelados na maior parte dos meses do ano.

É importante destacar que estes números são retirados do total de famílias beneficiárias durante o ano, mas nem sempre reflete no mês em que a pessoa solicitou ou foi feito o seu desligamento do programa. Também vale ressaltar que a pessoa pode solicitar o desligamento voluntário que é realizado no SIBEC “Sistema de Benefícios ao Cidadão”, e após, esta família é orientada a fazer uma atualização do Cadastro Único, mas isso necessariamente não tem a obrigatoriedade de ser no mesmo dia, pode ser quando a família achar pertinente.

Chama a atenção também, o fato de apenas seis famílias terem assinado o termo de desligamento junto ao Cadastro Único. Isso representa que apenas 2,7% dos desligamentos foram registrados e deixa os seguintes questionamentos: E os demais desligamentos, por que não foram registrados? Se não há registro, como a equipe técnica do CRAS pode fazer o acompanhamento dessas famílias? Como saber sobre a efetividade do PBF para melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias? Como o município organiza o seu planejamento para atender essas famílias, se não há registros?

Quanto aos dados que constam no formulário de desligamento voluntário, não existem informações que venham dar subsídios para entender os reais motivos que

levaram essas famílias a se desligarem do PBF, uma vez, que esse formulário já vem construído pelo Governo Federal, via Instrução Operacional nº 48/SENARC/MDS¹⁴ de 2013.

É importante colocar que, diante desse formulário, estas famílias que foram desligadas do Programa optaram por não receberem mais o benefício ou foram orientadas a se desligarem por estarem fora do perfil estabelecido para continuar a receber, por isso, Neves; Dinis (2008, p.07) destacam que “[...] deve-se considerar a situação em que vivem as famílias que solicitaram desligamento, em que esta se distingue de quando foram inseridas no Programa”, ficando assim uma oportunidade para uma nova pesquisa.

No que diz respeito ao formulário de desligamento, o mesmo traz os dados do responsável pelo cadastro como: nome completo e número do NIS - Número de Identificação Social e baseiam-se na portaria do MDS nº 555 de 2005, para embasar o desligamento. Ainda tem uma declaração onde deixa a família ciente de que a qualquer momento ela pode retornar a receber o benefício, basta apenas estar com o cadastro atualizado e dentro do perfil.

O formulário deixa ciente também que se a família voltar a receber o benefício às parcelas anteriores não serão pagas, apenas as geradas a partir da nova liberação do benefício. Após todas estas informações o formulário é datado e assinado pelo responsável familiar e pelo responsável do cadastramento. O formulário não traz no seu contexto dados como perfil ou renda apenas declara a intenção da família de desligar-se. É notório colocar que este termo foi elaborado pelo Governo Federal mais o município pode melhorar ou modificar o termo de acordo com as suas necessidades.

Então, diante da inexistência de dados que realmente explique os motivos dos desligamentos, não é possível perceber se houve articulação entre as três políticas exigidas como condicionalidades, de forma que pudesse contribuir para o desligamento dessas famílias. E ainda, não é possível identificar se estas famílias realmente saíram da condição de pobreza e extrema pobreza.

¹⁴ Divulga aos municípios procedimentos operacionais a serem adotados para o Retorno Garantido de famílias que tenham se desligado voluntariamente do Programa Bolsa Família, assim como novas regras de reversão de cancelamento de benefícios para os demais casos (BRASIL, 2021) Disponível em: < <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucao-operacional>>.

Nesta perspectiva Andrade (2016, p.31) enfatiza que “[...] a renda não é suficiente para qualificar a pobreza. Esse fenômeno engloba muitas dimensões da vulnerabilidade social, como o acesso à saúde, à habitação, à educação etc.” A autora supracitada destaca que não só a ausência de renda que caracteriza pobreza para as famílias, a ausência de uma saúde de qualidade, educação, dentre outras, também são consideradas como vulnerabilidades nas famílias.

No que diz respeito à rede sócio assistencial em relação à saúde, por exemplo, tem-se o papel de acompanhar as famílias que além de serem beneficiárias do Programa Bolsa Família também são acompanhadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo: quando pesa uma criança procuram identificar como estão os membros, se estão recebendo o benefício, e se o cadastro desta família está atualizado, e os questionamentos relacionados à saúde daquela família, para que assim possam ter acesso a seus direitos essenciais que são garantidos por lei.

A Educação por sua vez exige para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que ao realizarem a matrícula de seus filhos na rede pública de ensino seja apresentado o Número de Identificação Social (NIS), como uma forma de acompanhamento das famílias.

Sobre o objeto da pesquisa que era descobrir os principais fatores que influenciaram no desligamento das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do programa Bolsa Família no Município de Miranorte no ano de 2019, não foi possível identificar devido aos formulários como já citado acima, ficando a necessidade de uma nova pesquisa para compreender esses fatores, mas é importante colocar aqui que na verdade utilizando o formulário desta maneira, mascara a realidade, pois a partir do momento em que as famílias assinam este termo de desligamento, não deixam explícita a realidade de cada família, sua real intenção e se o desligamento foi realmente voluntário.

Diante disso, será que as famílias tinham ciência de que o formulário que assinaram, é um só para todas as formas de desligamentos? Por que na base de dados do Cadastro Único, possui apenas um formulário para desligamento. E ainda, fica mais um questionamento, por que esse formulário é apenas para o desligamento voluntário?

Sobre a superação das vulnerabilidades das famílias pesquisadas somente outra pesquisa poderá identificar, pois esta não teve contato com as famílias beneficiárias para observar a real situação.

Sobre o tempo em que estas famílias ficaram recebendo o Benefício do Bolsa Família esta pesquisa identificou que duas famílias receberam por um período de dois anos até solicitarem o desligamento, e as outras quatro famílias receberam por mais de dois anos o Benefício do Bolsa Família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar dentro do Programa Bolsa Família aquelas famílias que solicitaram desligamento voluntário ou aquelas que de alguma forma foram orientadas a se desligarem do programa. A pesquisa buscou entender quais foram os fatores que influenciaram no desligamento destas famílias, onde ficou constatado que não foi possível identificar os fatores devido o Programa Bolsa Família utilizar-se de apenas um formulário para todos os tipos de desligamentos, ficam assim todas as seis famílias pesquisadas como desligamentos voluntários.

Se o gestor municipal pode fazer alterações no questionário, deixa-se aqui uma sugestão para que o aperfeiçoamento seja feito em relação aos formulários, como forma de melhorar o atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social, dividindo por tipo de desligamento, ficando assim mais fácil a identificação das formas de desligamentos, pois desta forma o mesmo não serve como base para avaliar a realidade em relação aos desligamentos.

A importância de entender esses desligamentos é a compreensão de como foi que estas famílias decidiram se desligar do programa ou a forma como foram orientadas a solicitarem o desligamento. Diante disto, é importante colocar que os objetivos desta pesquisa não foram cem por cento alcançados, ficando aqui a sugestão para a gestão do Cadastro Único e Bolsa Família sobre a mudança na forma de desligamento para eventuais pesquisas poderem chegar a seu resultado cem por cento.

Esta pesquisa observou que comparando o gráfico 1 que representa o total de cadastros com o gráfico 2 com total de beneficiários houve uma queda acentuada no número de beneficiários, ficando assim o questionamento, porque tantas famílias inscritas e poucos beneficiários?

Sobre o gráfico 3 que representa as novas concessões, nele observa-se um total de seis meses em que não houve inclusão alguma de novos beneficiários. Porque tanto tempo sem novos beneficiários?

Observa-se também que no gráfico 4 houve um mês em que apresentou um total muito grande de benefícios cancelados, o que levou ao questionamento do porque apresentar um número tão grande de cancelamentos? O que isto representa na vida

destas famílias? Para entender estes questionamentos deixa-se claro que somente outra pesquisa poderá responder.

Sobre o objetivo 1 que foi de analisar o perfil das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza desligados do Programa Bolsa Família no Município de Miranorte o ano de 2019, destaca-se que os gráficos mostram que não houve nenhum homem como responsável por alguma família, nenhum cadastro houve a declaração de ter como responsável uma pessoa negra, e quanto ao trabalho destas famílias somente duas declararam ter trabalho fixo. Observa-se que em todos os cadastros foram declarados que as responsáveis eram casadas e observa-se do ainda que nenhum cadastro teve a declaração de que a responsável tenha estudado até o ensino superior e dos seis cadastros pesquisados observa-se que quatro declararam residir em casa própria. Foi observado que nenhuma família declarou ter renda inferior a meio salário mínimo.

Sobre o Objetivo 2 que foi de descrever como o Programa Bolsa Família contribuiu para a superação da pobreza e extrema pobreza das famílias desligadas no ano de 2019, não se encontrou documentos que comprovem este objetivo, mas coloca-se que o benefício é para a melhoria da qualidade de vida das famílias, se elas solicitaram o desligamento, de alguma forma entenderam que no momento não estavam mais precisando do benefício ofertado.

Em relação ao objetivo 3 que foi de investigar como a articulação dos serviços sócio assistenciais contribuíram para o processo de desligamento das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no ano de 2019, não encontramos nenhum registro sobre o tema. Por isso coloca-se aqui nesta pesquisa a necessidade da rede socioassistencial acompanhar a família após os desligamentos e orientar quanto ao retorno se necessário.

A pesquisa realizada além de contribuir para o acréscimo intelectual da pesquisadora, trouxe também sugestões para a gestão do Cadastro Único e Bolsa Família, visando o aprimoramento dos meios de atendimentos, ficando aqui a sugestão quanto aos resultados encontrados.

Destaca-se que ao analisar o perfil das famílias desligadas utiliza-se dos formulários de cadastramento onde constam todas as informações das famílias com a autorização da Secretária de Assistência Social do Município.

REFERÊNCIAS

AIZZA, Leila Eliane. O Programa Bolsa Família: um estudo sobre a desigualdade de renda e a pobreza no estado do Tocantins (2004-2013). 2014. 175f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, I, Palmas, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/142>>. Acesso em: Fev. 2021.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência Social: História, Análise Crítica e Avaliação**. 1ª edição. São Paulo. Ed. Juruá 2008.

ANDRADE, Maria do Socorro David de. **Atuação dos Assistentes Sociais frente às Condições do Programa Bolsa Família no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. 2014. 95f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação de Serviço Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal. 2016. Disponível em: < https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36284/3/MariaSDA_Monografia.pdf>. Acesso em: Fev. 2021.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. et al. **Rede Socioassistencial e Viabilização de Direitos**. VII Jornada Internacional políticas públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luiz, 2015. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/rede-socioassistencial-e-viabilizacao-de-direitos-desafios-ao-servico-social.pdf>>. Acesso em: Fev. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL, Caixa Econômica Federal, 2021. Disponível em: < <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>> Acesso em: Mai. de 2021.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miranorte/historico>>. Acesso em: Jun 2021.
BRASIL, Ministério da Cidadania. Disponível em < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/gestao-do-programa-1/fiscalizacao>>. Acesso em: Jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social>> Acesso em: Jun. 2021.

BRASIL, **Ministério da Cidadania**. Disponível em: < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/gestao-do-programa-1/sistemas-de-gestao-e-de-informacao>>. Acesso em 22 jun 2021.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social/ PNAS 2004**. Brasília, 2005. 14 p.

BRASIL, Secretária Especial do desenvolvimento Social. Disponível em: <
<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucao-operacional>>. Acesso em:
Jul. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.** Brasília, DF: 1988.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no brasil.** Brasília: Temporalis. 2017. 61 p.

CORGOZINHO, Kamila Delfino Santos. **O programa Bolsa Família e a Feminização dos Cuidados.** Florianópolis: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. 2015.

COUTINHO. Daniela Schneidewind Ribeiro, **O Programa Bolsa Família: Evolução e Efeitos na Redução da Pobreza.** Curitiba, 2016.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência Social: Assistência social: direito social ou benesse?. ARTIGOS • **Serv. Soc. Soc.** (124) • Oct-Dec 2015. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/wMXBqGcc6RRfyvLXFpC6hRm/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: Jun. 2021.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma equação Possível?** São Paulo: Cortez, 2010 141 p.

ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. ZIMMERMANN, Clovis Roberto. **Definição e Mensuração da Pobreza: Algumas Considerações sobre o debate Recente.** Niterói RJ, 2012.

FERREIRA, Lina Penati. MARIANO, Silvana Aparecida. **Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres?** Londrina: Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2014.

FRONZA, Paula. **Programa Bolsa Família: Contribuições para o enfrentamento à Pobreza.** Porto Alegre, 2010.

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfare state: Estado e Desenvolvimento Social no Brasil.** Rio de Janeiro: 2006.

LACERDA, F. C. C. PESSOTI, G. C. SILVA, J. S. Reflexões sobre o estudo da pobreza: o que há de novo no debate atual? Salvador: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, 2013.

MACHADO, Ednéia Maria. **Política Social: A Manutenção da Desigualdade.** Coimbra: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2004.

MARIANO, Silvana Aparecida. CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos Diferentes da Inserção de Mulheres Negra no Programa Bolsa Família. **Revista Sociedade e Estado**. 2013.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal. Pauperização relativa, desigualdade social e a “questão social” contemporânea. Brasília: **Temporalis**, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. 17 p.

MIOTO, Regina Célia. **Família, Gênero e Assistência Social**. Brasília: Seminário Nacional: O trabalho do Assistente Social no SUAS, 2011.

MONTANO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo, 2010.

NEVES, Márcia Emília Rodrigues; DINIZ, Ariosvaldo da Silva. Desligamentos voluntários do programa bolsa família em João Pessoa. Paraíba: **IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROCHA, Sonia. **Transferências de renda no Brasil: O fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RODRIGUES, M. M.; RIBEIRO, E. A. **Programa bolsa família no enfrentamento a extrema pobreza no brasil: impactos econômicos na vida dos usuários e limites de sua operacionalização**. 2009.

SANTANA, E. P. SILVA, J. A. S. SILVA, V.S. História da Política de Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. Maranhão: **VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 2013.

SANTOS, Tharcylla de Luna et al. O Perfil dos Beneficiários e das Famílias Beneficiárias pelo Programa Bolsa Família no Município de Ilhéus-Bahia. **VII SEMINÁRIO DO ECONOMISTA**. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez. 2007.

SILVA, M. O. S.S. YAZBEK, M.C. GIOVANNI, G. A Di. **Política Social Brasileira no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2014.

SIQUEIRA, Luana de Souza. **Pobreza e Serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos.** Rio de Janeiro, 2011.

SIQUEIRA, Luana Souza. ALVES, Glaucia Lelis. Pobreza e desigualdade social: uma breve reflexão brasil e américa latina. Cuiabá: **Revista Direitos, trabalho e política social**, 2018.

SIQUEIRA, Luana Souza. **Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica.** Brasília: Temporalis, 2012.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma Questão em Análise.** São Paulo: Cortez, 2014.

YASBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** São Paulo: Serviço Social e Sociedade 2012.

APÊNDICE 1 - PERFIL DAS FAMÍLIAS DESLIGADAS DE FORMA VOLUNTÁRIA DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

**APÊNDICE 1 - PERFIL DAS FAMÍLIAS DESLIGADAS DE FORMA VOLUNTÁRIA DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

EIXO 1

**EIXOS NORTEADORES PARA LEVANTAMENTO DO PERFIL DAS FAMÍLIAS
DESLIGADAS DE FORMA VOLUNTÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA NO
MUNICÍPIO DE MIRANORTE – TO NO ANO DE 2019.**

RESPONSÁVEL LEGAL:

1. SEXO () MASCULINO () FEMININO
2. IDADE _____ ANOS
3. COR/ETNIA _____
4. PROFISSÃO _____
5. TRABALHO – FORMAL/INFORMAL/AUTÔNOMO _____
6. RENDA DA FAMÍLIA - TOTAL/PER CAPTA _____
7. Nº PESSOAS NA CASA _____
8. SITUAÇÃO CIVIL _____
9. ESCOLARIDADE _____
10. Nº FILHOS _____
11. Nº CRIANÇA NA CASA _____
12. MORADIA – () PRÓPRIA () ALUGADA () CEDIDA () IMPROVISADA
13. SETOR/BAIRRO _____
14. DEFICIÊNCIA () SIM () NÃO
15. Nº DE IDOSOS _____
16. DESPESAS TOTAL DA FAMÍLIA _____